



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

MARIANA PASSOS CARREGOSA

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA TITULADA DO ESTADO DE
SERGIPE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 2011 E
2022**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

MARIANA PASSOS CARREGOSA

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA TITULADA DO ESTADO DE
SERGIPE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 2011 E
2022**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Nutrição.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Silvia Maria Voci
Coorientadora: Prof(a) Dr(a). Renata Lopes de Siqueira

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C314i Carregosa, Mariana Passos
(In)segurança alimentar e nutricional em uma comunidade
quilombola titulada do estado de Sergipe : uma análise comparativa
entre 2011 e 2022 / Mariana Passos Carregosa ; orientadora Silvia
Maria Voci. – São Cristóvão, SE, 2024.
105 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências da Nutrição) –
Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Nutrição. 2. Quilombolas - Sergipe. 3. Segurança alimentar.
4. Minorias. 5. Direito à alimentação. I. Voci, Silvia Maria, orient. II.
Título.

CDU 612.39:316.334.52

MARIANA PASSOS CARREGOSA

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA TITULADA DO ESTADO DE
SERGIPE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

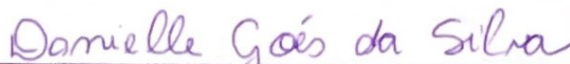
Dissertação de mestrado aprovada no Programa
de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição em
12 de Abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA



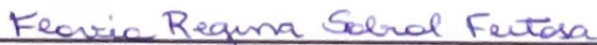
Prof(a). Dr(a). Silvia Maria Voci

Orientador(a)/PPGCNUT/UFS



Prof(a). Dr(a). Danielle Goes da Silva

1º. Examinador/UFS



Dr(a). Flávia Regina Sobral Feitosa

2º. Examinador/Prefeitura Municipal de Aracaju

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre me mostrou a educação como um belo caminho. Obrigada por todo apoio e por acreditar no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser minha força, meu refúgio e meu alicerce em todos os momentos da minha vida. A minha mãe por toda dedicação para com o meu futuro pessoal e profissional, por ser minha maior incentivadora, me apoiar e torcer pelo meu sucesso, além de ser uma grande amiga me dando seu ombro amigo nessa etapa que sempre sonhei, mas que também foi desafiadora, te amo e obrigada por tudo. Ao meu pai “Dedinha” por todo companheirismo. A minha irmã Jamylle, que sempre foi minha inspiração e, juntamente com nossa mãe, foi responsável por colocar a semente do estudo em meu coração e, hoje, realizo meu grande sonho, o mestrado.

Aos meus tios, tias, minhas primas Gabriela e Camila e meus padrinhos Emília e Romildo pelo gole de café e por me fazerem sorrir, mesmo sem nem imaginarem que eu precisava daquele momento para não surtar com o mestrado (risos). Ao meu namorado Rodrigo, por todo companheirismo e compreensão nos momentos em que estive ausente, pelas palavras positivas e por todo acolhimento nos momentos em que a ansiedade tomava conta de mim.

À minha orientadora Silvia Voci pela oportunidade, por todos ensinamentos e aprendizados e por me mostrar a Segurança Alimentar e Nutricional como uma das mais belas áreas da nutrição. À minha colega de mestrado Isabel por compartilhar as alegrias, mas também os momentos de desespero, uma ajudando a outra, sem dúvidas foi muito importante nessa caminhada. Gratidão a todos.

À comunidade Remanescente de Quilombo Mocambo/SE, especialmente a Nazaré e Paula como Presidentes da associação da comunidade, as quais não mediram esforços para ajudar na realização da coleta de dados, a dona Iraci que me acolheu em sua casa e a todos os quilombolas de Mocambo que me acolherem tão bem e fizeram com que essa pesquisa fosse possível. A vocês toda minha gratidão.

Ao CECANE, pelo apoio na realização da pesquisa e pela oportunidade de poder conhecer e estudar as Comunidades Remanescentes de Quilombos. Ao FNDE/FAPES e CAPES pelas bolsas concedidas. À Universidade Federal de Sergipe pela disponibilidade dos transportes.

CARREGOSA, M. P. (In)segurança alimentar e nutricional em uma comunidade quilombola titulada do estado de Sergipe: uma análise comparativa entre 2011 e 2022 [Dissertação]. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, Universidade Federal de Sergipe; 2024.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A população quilombola corresponde a 0,65% dos brasileiros. Grande parte dos territórios quilombolas situam-se em áreas de zona rural e de difícil acesso. Tratam-se de locais em condições precárias de saneamento básico, com dificuldades de acesso à água potável e ao alimento, resultado da invisibilidade e vulnerabilidade socioeconômica que, ainda é uma realidade nessas comunidades, suscitando a hipótese de uma população em grave situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. **OBJETIVO:** Avaliar e comparar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de uma comunidade quilombola titulada do estado de Sergipe no período entre 2011 e 2022, a partir das dimensões de produção, acesso e consumo de alimentos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo ecológico e comparativo, sendo aplicado o mesmo questionário nos anos de 2011 e 2022 para delinear os avanços e retrocessos no cenário da Insegurança Alimentar em uma Comunidade Remanescente de Quilombo titulada do estado de Sergipe. Como dado secundário foi utilizada a pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” realizada em 2011. Os dados primários foram coletados no ano de 2022. À luz da comparação desse questionário, foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, além de questões sobre aspectos socioeconômicos; demográficos; consumo alimentar; produção e disponibilidade de alimentos; condições de moradia e acesso a serviços básicos e programas. Utilizou-se o censo de 107 famílias no estudo de 2011 e uma amostra representativa de 53 famílias na pesquisa de 2022. Para análise estatística foi utilizado o teste Qui-quadrado de Pearson. **RESULTADOS:** Observou-se que 57,9% e 70,9% dos domicílios em 2011 e em 2022 apresentaram algum grau de Insegurança Alimentar. Foram estatisticamente significantes a escolaridade, o tratamento da água de beber da família, o uso de gás de botijão, o acesso (ou não) a programas sociais como cesta de alimentos, Centro de Referência de Assistência Social, além da redução da produção do grupo de grãos (milho, feijão etc.), bem como aumento da disponibilidade do milho. No entanto, ainda é observada uma precariedade nos indicadores da segurança alimentar e nutricional, assim como verificou-se que os alimentos básicos como feijão e arroz vêm perdendo espaço para os ultraprocessados e tendo como sua principal origem, a compra. **CONCLUSÃO:** A situação de Insegurança Alimentar e Nutricional se agravou no ano de 2022. Ao mesmo tempo que alguns de seus indicadores apresentaram melhorias, a exemplo da escolaridade, observou-se também um aumento da disponibilidade dos alimentos provenientes através da compra e consumo de ultraprocessados, além de redução da disponibilidade de alimentos básicos, como arroz e feijão.

Palavras-chave: Minorias Étnicas e Raciais. Vulnerabilidade Social. Direito à Alimentação.

CARREGOSA, M. P. (In)segurança alimentar e nutricional em uma comunidade quilombola titulada do estado de Sergipe: uma análise comparativa entre 2011 e 2022 [Dissertação]. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, Universidade Federal de Sergipe; 2024.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The quilombola population corresponds to 0.65% of Brazilians. Most quilombola territories are located in rural areas that are difficult to access. These are places with precarious basic sanitation conditions, with difficulties in accessing drinking water and food, a result of invisibility and socioeconomic vulnerability, which is still a reality in these communities, raising the hypothesis of a population in a serious situation of Food Insecurity. and Nutritional. **OBJECTIVE:** To evaluate and compare the food and nutritional (in)security situation of a titled quilombola community in the state of Sergipe in the period between 2011 and 2022, based on the dimensions of food production, access and consumption. **METHODOLOGY:** This is an ecological and comparative study, using the same questionnaire in the years 2011 and 2022 to outline the advances and setbacks in the scenario of Food Insecurity in a Quilombo Remaining Community titled in the state of Sergipe. As secondary data, the research “Assessment of the food and nutritional security situation in titled quilombola communities” carried out in 2011 was used. The primary data was collected in 2022. In light of the comparison of this questionnaire, the Brazilian Food Insecurity Scale was applied , in addition to questions about socioeconomic aspects; demographic; food consumption; food production and availability; housing conditions and access to basic services and programs. The census of 107 families was used in the 2011 study and a representative sample of 53 families in the 2022 survey. Pearson's Chi-square test was used for statistical analysis. **RESULTS:** It was observed that 57.9% and 70.9% of households in 2011 and 2022 presented some degree of Food Insecurity. The level of education, treatment of family drinking water, use of bottled gas, access (or not) to social programs such as food baskets, social assistance reference centers, in addition to the reduction in the group's production were statistically significant. of grains (corn, beans, etc.), as well as increased availability of corn. However, there is still a precariousness in food and nutritional security indicators, just as it was found that basic foods such as beans and rice are losing space to ultra-processed foods and their main origin is purchase. **CONCLUSION:** The situation of Food and Nutritional Insecurity worsened in 2022. At the same time that some of its indicators showed improvements, such as education, there was also an increase in the availability of food from the purchase and consumption of ultra-processed foods , in addition to reducing the availability of basic foods, such as rice and beans.

Keywords: Ethnic and Racial Minorities. Social vulnerability. Right to Food.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Histórico das Conferências Nacionais de SAN no Basil	26
Figura 2 – Determinantes globais, nacionais, locais e domiciliares da SAN	28
Figura 3 – Determinantes e consequências da IA no domicílio	29
Figura 4 – Fluxograma das etapas para titulação das terras quilombolas	37
Figura 5 – Pessoas quilombolas, segundo as unidades da federação, 2022	43
Figura 6 – Localização da comunidade Mocambo	44
Figura 7 – Colégio da comunidade Mocambo	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores determinantes da fome	17
Quadro 2 – Dimensões do Sistema de Monitoramento da SAN adotadas pela FAO e pelo Brasil	27
Quadro 3 – Redução orçamentária de programas do plano nacional de segurança alimentar e nutricional, segundo a lei orçamentária anual	38
Quadro 4 – Comunidades quilombolas certificadas e reconhecidas no Brasil, por região, 2022	41
Quadro 5 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Territórios quilombolas por <i>status</i> fundiário, 2022	42
Tabela 2 – População quilombola e distribuição percentual, segundo as grandes regiões, 2022	42
Tabela 3 – Pontos de corte, segundo nível de segurança/insegurança alimentar	53
Tabela 4 – Distribuição das pessoas de referência de domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo características sociodemográficas, no período de 2011 e 2022	56
Tabela 5 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo condições da moradia, no período de 2011 e 2022.....	57
Tabela 6 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo o acesso a programas sociais, no período de 2011 e 2022	59
Tabela 7 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo produção de alimento e criação de animal para consumo próprio, no período de 2011 e 2022	60
Tabela 8 - Distribuição das pessoas de referência de domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo a disponibilidade de alimentos na semana anterior à entrevista, no período de 2011 e 2022	61
Tabela 9 - Distribuição da disponibilidade de alimentos básicos, alimentos ultraprocessados e bebidas (na semana anterior à entrevista) da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE) por origem de acesso, no período de 2011 e 2022	64
Tabela 10 – Distribuição das pessoas de referência/chefe da família da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo o consumo alimentar na semana anterior à entrevista, no ano de 2022.....	69
Tabela 11 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo situação de (in)segurança alimentar, no período de 2011 e 2022.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ASQ	Agenda Social Quilombola
CCS	Conselho de Comunidade Solidária
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAN	Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAQ Quilombolas	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRQs	Comunidade(s) Remanescente(s) de Quilombo(s)
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
IA	Insegurança Alimentar
IAMG	Insegurança Alimentar Moderada e Grave
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCP	Fundação Cultural de Palmares
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Educação
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas

LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição ao Alimento
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBP	Programa Brasil Quilombola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SA	Segurança Alimentar
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCA	Serviço Central de Alimentação
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 A fome, a pobreza e a desnutrição	17
2.2 Segurança Alimentar e Nutricional: um breve histórico	19
2.3 Segurança Alimentar e Nutricional: dimensões, determinantes e indicadores	26
2.4 O racismo estrutural e sua relação com as mazelas da sociedade brasileira	30
2.5 Comunidades quilombolas no Brasil: conhecer suas resistências	32
2.6 Certificação e titulação das comunidades remanescentes de quilombo	35
2.7 O desmonte das políticas públicas voltadas aos quilombolas	38
2.8 Comunidades remanescentes de quilombos no Brasil e em Sergipe	41
2.9 Mocambo: território de luta, resistência, da padroeira de santa cruz e do samba de coco	44
3 OBJETIVOS	48
3.1 Objetivo Geral	48
3.2 Objetivo específico	48
4 METODOLOGIA	49
4.1 Contextualização	49
4.2 Delineamento do estudo	49
4.3 Local da pesquisa	49
4.4 População estudada.....	50
4.5 Critérios de inclusão e exclusão	50

4.6 Estudo piloto	51
4.7 Procedimentos da pesquisa	51
4.8 Pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”	53
4.9 Análise estatística	54
4.10 Devolutiva	54
4.11 Aspéctos éticos	55
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
6 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA), CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DE CONSUMO ALIMENTAR	82
APÊNDICE B - VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS, DE PRODUÇÃO, DISPONIBILIDADE E DE CONSUMO ALIMENTAR.....	90
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): MEMBRO DA FAMÍLIA	95
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	98

1 INTRODUÇÃO

Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) são definidas como: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, estabelece que, “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

A certificação é considerada o primeiro passo para demarcação e titulação das terras quilombolas, ao reconhecer legalmente a existência da comunidade e a sua relação com o território, história, costumes e cultura dos seus antepassados (ANDRADE et al., 2017). A titulação, etapa final, torna o território quilombola como propriedade coletiva, inalienável, impenhorável e imprescritível, além de viabilizar o acesso a mais políticas públicas (FEITOSA et al., 2021).

No Brasil, há mais de três mil CRQs, destas, 2.901 são certificadas e apenas 147 possuem a titulação da terra. De acordo com o censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população quilombola residente no Brasil é de mais de 1 milhão e 300 mil, o que corresponde a 0,65% da população brasileira, sendo o Nordeste a região que concentra a maior parte dessas comunidades, com mais de 900 mil quilombolas, estando o estado de Sergipe na 9ª posição entre as unidades de federação, possuindo 28.124 desses indivíduos, 32 CRQs certificadas e 4 tituladas (FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMARES, 2023; IBGE, 2023).

Grande parte desses territórios está localizada em áreas de zona rural - em Sergipe corresponde a 79,3% - e, por isso, geralmente são locais de difícil acesso. Predominantemente, sua população se dedica à prática agrícola como fonte de sustento e alimentação (FERNANDE, 2021). Historicamente, sofrem com a invisibilidade e a não garantia dos seus direitos mais básicos, como saneamento, renda, acesso à água, à terra e aos alimentos, além do baixo alcance das políticas públicas, mesmo quando certificadas ou tituladas, e da escassez de estudos e dados oficiais voltados para esses povos (SILVA et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2018).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) observou que, nos domicílios rurais, a IA superou 60%, sendo que

18,6% estavam em situação de IA grave. A IA também esteve presente em 6 de cada 10 domicílios cuja pessoa de referência (chefe da família) se autodeclarou de cor preta ou parda. Nos domicílios de zona rural, os agricultores rurais foram os mais afetados pela IA, estando 25,6% em IA grave. O Nordeste foi uma das regiões que apresentou este cenário preocupante. Isto porque, 4 em cada 10 famílias desta região apresentaram IA moderada ou grave. Em Sergipe, 71,1% da população estavam em alguma situação de IA, sendo que 30% encontram-se em IA grave (REDE PENSSAN, 2022).

A pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” investigou essa realidade entre Abril e Novembro de 2011, alcançando 97 territórios titulados entre 1996 e 2009 em todas as regiões brasileiras, o que correspondeu a 169 comunidades, sendo um quilombo sergipano contemplado nesse estudo (BRASIL, 2014).

No entanto, diante dos desmontes das políticas públicas que ocorreram nos últimos anos, a exemplo da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), atingindo principalmente comunidades socialmente vulneráveis como as CRQs (SILVA, 2017), pretende-se problematizar qual a situação atual da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) na CRQ titulada do estado de Sergipe avaliada pelo estudo de 2011.

O Estado brasileiro é portador da obrigação de instituir políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente para os segmentos mais vulneráveis como as CRQs pela dívida histórica do país devido ao longo período de escravização que seus remanescentes estiveram sujeitos (SOUZA; ALVES, 2018). Considerando que Sergipe é o quarto estado brasileiro com maior prevalência de IA grave (REDE PENSSAN, 2022) e que não há estudos comparando a IA, principalmente em CRQs, em dois períodos de tempo, tornam-se necessários estudos com essas perspectivas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A FOME, A POBREZA E A DESNUTRIÇÃO

Na década de 70, o documento chamado “A declaração de Erradicação da Fome e da Desnutrição”, traz as causas da fome como reflexo das circunstâncias históricas, incluindo as desigualdades sociais, dominação estrangeira e colonial, discriminação racial, considerando a fome uma manifestação da estrutura social das sociedades (ONU, 1974). Valente (2021) relata que a fome pode ser disseminada pelo clima desfavorável, pela inflação, mudança de prioridades de investimentos dos países ricos e produtores de excedentes alimentares.

Ao analisar as causas da fome em uma sociedade, surgem três dimensões a serem consideradas: A profundidade de análise, os vários tipos de causas básicas e o nível da sociedade na qual as causas existem. A primeira dimensão é distinguida em quatro níveis (VALENTE, 2021):

I – Sintomas e Sinais: são as manifestações diretas da fome e que são observáveis na sociedade, a exemplo dos sintomas de deficiência, que podem ser causados por diferentes deficiências de nutrientes ou doenças em combinação;

II – Causas imediatas: Trata-se da ingestão inadequada de nutrientes e a doença;

III – Causas mediatas: resultado do acesso desigual a mercadorias e serviços, a exemplo da alimentação, habitação, educação, água, serviços de saúde;

IV- Causas básicas: como os recursos potenciais de uma dada sociedade são mobilizados para a produção de mercadorias e serviços e como estes são distribuídos.

A segunda dimensão (Quadro 1) possui cinco tipos diferentes de causas básicas da fome:

Quadro 1- Fatores determinantes da fome.

Fatores	Descrição
Histórico	Toda sociedade tem uma história que pode ser entendida como a interação entre economia, política, ideologia etc. Nesse contexto, a fome pode advir de diversos fenômenos, como: imperialismo, colonialismo, escravidão, êxodo rural, guerras etc.
Tecnológicos e ecológicos	São relacionados às condições materiais e técnicas de produção, (recursos potenciais),

	tais como: recursos naturais, clima, fertilidade do solo.
Econômicos	São relacionados às condições sociais de produção (estrutura econômica da sociedade), e envolvem: relações de propriedade, posse ou acesso aos meios de produção, estrutura de poder, norma de exploração de trabalho etc.
Culturais e ideológicos	Envolvem fatores relacionados à superestrutura da sociedade, tais como: ideologia, religião, crenças, hábitos etc.
Políticos	São principalmente relacionados a estrutura e funcionamento do Estado, tendo por base: estrutura de poder (militar e política), organização de poder do Estado etc.

Fonte: Adaptado de Silva (2014)

Por fim, a terceira dimensão, tem como exemplo a “ingestão inadequada de alimentos”. Considerando que esse problema é causado pela má distribuição de alimentos (causas mediatas), esta pode existir nos diferentes níveis de uma sociedade, ou seja, nível internacional, nacional, de área, local de bairro e domicílio (VALENTE, 2021).

Nesse sentido, Josué de Castro em sua obra “Geografia da fome”, traz a realidade da fome no Brasil e no mundo tratando-a como um problema sociopolítico e não fisiológico do corpo, ao conceituar áreas alimentares como “determinada região geográfica que dispõe de recursos típicos, dieta habitual baseada em determinados produtos regionais e com seus habitantes refletindo, em suas características biológicas e sócio-culturais, a influência marcante da dieta” (Figura 2) (VASCONCELOS, 2008).

Isto porque o país foi dividido em cinco diferentes áreas alimentares, as quais apresentavam carências nutricionais específicas: 1- Área amazônica (cálcio, vitamina B1, de proteína, de vitamina A etc) , 2- Nordeste açucareiro ou zona da mata nordestina (ferro, vitamina B2, de proteína, cálcio, vitamina B1, vitamina C, dentre outras) , 3- Sertão nordestino (Iodo, vitamina C, cálcio, ferro, vitamina A etc), 4- Centro-Oeste (cálcio, vitamina A, vitamina B e B, iodo etc)2, e 5- Extremo sul (ferro, vitamina C, Vitamina D, iodo, dentre outros) (VASCONCELOS, 2008).

Monteiro (2003) considerou a restrição não somente de energia e proteínas, mas também deficiência de micronutrientes como “fome oculta”. Além disso, também trouxe o conceito de fome crônica ou permanente que é “quando a alimentação diária e habitual não supre as necessidades energéticas diárias do indivíduo”, o que acarreta na manutenção insuficiente do organismo e no mal desempenho perante a realização das atividades cotidianas (SILVA, 2014).

Enquanto isso, a pobreza ocorre quando as necessidades humanas básicas como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre outros, não são alcançadas (SILVA, 2014). Nesse sentido, um indivíduo pode ser pobre, mas não necessariamente ser afetado pelo problema da fome, quando vivencia somente carências básicas que não sejam de alimentos (MONTEIRO, 2003).

Por sua vez, a desnutrição é caracterizada por uma deficiência nutricional, ocorre quando há um aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou quando há um aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos de forma inadequada, como em casos de algumas doenças, em particular as infecciosas (MARQUES; DORIA, 2021). Assim, a fome crônica pode resultar em uma deficiência energética crônica, ou seja, desnutrição, mas nem toda deficiência nutricional é ocasionada pela falta de comida (MONTEIRO, 2003).

A ampliação do debate a respeito da fome, da pobreza e da desnutrição proporcionou a elaboração de programas e políticas públicas na tentativa de evitar e/ou superar esse problema global. A partir disso, o termo “Segurança Alimentar” começou a ser discutido mundialmente (MARQUES; DORIA, 2021).

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN): UM BREVE HISTÓRICO

A SA começou a ser discutida durante a primeira (1914-1918) e segunda guerra mundial (1939-1945), quando a produção de alimentos foi prejudicada devido ao devastamento das terras e a impossibilidade de cultivar, o que aumentou os casos de fome no mundo (GURGEL et al., 2020). Ao mesmo tempo acreditava-se que ela estava associada ao autossuprimento de alimentos, ou seja, a capacidade de um país produzir sua própria alimentação, como forma de evitar problemas por questões políticas ou militares (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020).

Com o intuito de combater a fome mundial foi criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a qual reconheceu a alimentação como direito e garantia à dignidade humana (SILVA et al., 2020). No entanto, diferentemente da FAO, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial consideravam que a SA seria garantida por mecanismos de mercado (BURITY et al., 2010).

Também em 1948, a alimentação foi considerada um direito através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXV, afirmando que “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como a sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários

(...)” (LEÃO, 2013). Essa declaração teve como “complemento” o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), que trouxe a discussão sobre a importância de programas governamentais que proporcionassem assistência a populações em situação de fome (BRASIL, 2014).

Após a segunda guerra, na década de 60, a SA foi associada à falta de disponibilidade de alimentos, ou seja considerava-se que a IA era proveniente da produção insuficiente de alimentos nos países pobres (MARQUES; DORIA, 2021). Desse modo, foi iniciada uma “experiência” para aumentar a produtividade de alguns alimentos, período conhecido como “Revolução Verde (SILVA et al., 2020).

Através de uma perspectiva produtivista, essa revolução foi baseada nos modos de produção agrícola pautados na mecanização e uso de insumos químicos como fertilizantes e pesticidas, além da importação dos alimentos de outros países como justificativa para erradicar o problema da fome devido à produção em larga escala (KEPPLE et al., 2015). Entretanto, os alimentos continuavam sem chegar às mesas da população (AFONSO; CORRÊA; DA-SILVA, 2020; SILVA et al., 2020).

A revolução verde promoveu o êxodo rural, em que agricultores familiares se deslocaram para os centros urbanos e as taxas de desemprego nas cidades foram crescendo, levando à formação de periferias nesses espaços (PEDRAZA; SALES, 2014). Neste contexto, a SA passou a considerar não somente a oferta do alimento, mas também o seu acesso pela população, principalmente as que estavam em situação de vulnerabilidade (MARQUES; DORIA, 2021).

Tal revolução teve seu fortalecimento durante os anos 70, período em que ocorreram alterações climáticas e que ocasionaram as quebras das safras, resultando em uma crise mundial de escassez de alimentos (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020). Esse acontecimento acabou impulsionando a realização da Conferência Mundial de Alimentação, no ano de 1974, a qual acreditava que apenas a produção de alimentos não era suficiente, mas que também era preciso garantir o abastecimento (LEÃO, 2013). Além disso, trouxe como algumas prioridades a intensificação da produção de alimentos e a utilização de insumos modernos, fomento das indústrias de sementes, entendendo-se que a SA estaria relacionada à produção agrícola (BURITY et al., 2010).

Nesse contexto, em que o aumento na produção não influenciou no aumento da garantia do acesso ao alimento e, com isso, não resultou na diminuição do número de famintos, através da Conferência de 1974, a FAO criou o Comitê de Segurança Alimentar Mundial, que tinha como objetivo atuar como um fórum para monitorar e acompanhar as políticas de segurança

alimentar. No entanto, a SA continuou tendo um enfoque no alimento e não no ser humano (GURGEL et al, 2020).

Foi então que, a partir dos anos 80 a SA passou a ser associada ao acesso físico e econômico do alimento, isto porque a produtividade na agricultura gerou excedentes de produção, aumento de estoques e, conseqüentemente, queda dos preços dos alimentos (BRASIL, 2014). No entanto, esses excedentes alimentares foram colocados no mercado como alimentos industrializados, o que não reduziu os problemas resultantes do acesso ao alimento (PEDRAZA; SALES, 2014). Desse modo, em 1983, a FAO reconheceu que a fome estaria relacionada à falta do acesso físico e econômico, principalmente devido à escassez de recursos para aquisição dos alimentos, como acesso à renda e à terra/território (AFONSO; CORRÊA; DA-SILVA, 2020).

A década de 90 foi marcada pela realização de diversas conferências como a Conferência Internacional de Nutrição (1992), Conferência Internacional de Direitos Humanos (1993) e a Cúpula Mundial da Alimentação (1996), em que a SA passou a ser considerada não somente pelo acesso e a disponibilidade ao alimento, mas também incorporou ao seu conceito o Direito Humano à alimentação Adequada (DHAA) (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020). A Cúpula Mundial da Alimentação foi responsável por reunir 186 nações, as quais se comprometeram a desenvolver ações que reduzissem a fome pela metade até o ano de 2015, ao reconhecer que a pobreza seria um dos principais determinantes da IA (BURITY et al., 2010).

Foi também durante a Cúpula, através da solicitação do Alto Comissariado das Nações Unidas, que resultou na elaboração do Comentário Geral nº 12, o qual trouxe a definição do DHAA (LEÃO, 2013):

Quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos (ONU, 1999, p. 2).

No ano de 2001 foi realizado, em Cuba, o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, tendo como conceito “O direito de cada nação de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos” (BRASIL, 2014). Desse modo, é enfatizada a importância e a relação da soberania alimentar no país com sua SA e o DHAA (KEPPLE et al., 2015).

Posteriormente, em 2004 as Diretrizes Voluntárias em apoio do DHAA foram elaboradas no intuito que os Estados cumprissem este direito na prática. O Brasil foi um dos

países que participou ativamente desta discussão pensando na importância do DHAA para a efetividade das políticas públicas voltadas à SA. Porém, vale lembrar que em 2008 ocorreu uma crise econômica mundial que afetou o preço dos alimentos e a situação da SA, especialmente nos grupos mais vulneráveis (BURITY et al., 2010).

No Brasil, a construção do conceito da SA teve influência a partir dos primeiros inquéritos alimentares construídos por Josué de Castro na década de 1930, apesar de que, documentalmente, esse tema tenha surgido apenas no final de 1985 (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020). O “Inquérito sobre as Condições de Vida das Classes Operárias” acabou revelando uma dimensão social da fome, além de ter contribuído como base para a criação da lei do salário mínimo (1936) e o estabelecimento da cesta básica. Josué também contribuiu para esse conceito através do seu livro Geografia da fome (1946), ao mapear a situação alimentar brasileira (BRASIL, 2014).

Foi durante o governo de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), que surgiu a primeira política de alimentação e nutrição, a partir da criação, em 1940, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), anteriormente chamado de Serviço Central de Alimentação (SCA) e ligado ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) (LEÃO, 2013). O SAPS desenvolveu programas voltados à alimentação, como a instalação de restaurantes populares, atividades de educação nutricional e criação de postos destinados à comercialização de gêneros básicos a preço de custo, tendo os trabalhadores como principal grupo beneficiado (BRASIL, 2004; RIBEIRO- SILVA et al., 2020).

Em 1945, foi constituída a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que norteou um diagnóstico sobre hábitos alimentares e o estado nutricional da população brasileira e colaborou com a elaboração do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (AFONSO; CORRÊA; DA-SILVA, 2020). Vale ressaltar que, foi nesse período que surgiu o Programa Nacional de Merenda Escolar, hoje conhecido como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BURITY et al., 2010).

Nos anos 50, os programas de alimentação, principalmente de distribuição de alimentos, tinham como foco os grupos prioritários como as gestantes, nutrizes e crianças menores de 5 anos (BURITY et al., 2010). Enquanto que a década de 60 foi marcada pela preocupação da SA em relação aos problemas que estavam afetando a disponibilidade dos alimentos (KEPPLE et al., 2015). Com isso, foi criada a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), órgãos responsáveis pela produção, abastecimento e armazenamento (RIBEIRO- SILVA et al., 2020). Cabe ressaltar que até então

nenhuma ação ou política pública era voltada para comunidades tradicionais como os quilombolas, que permaneciam invisibilizados.

Em 1972, houve a extinção da CNA e é criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), cujo objetivo era voltado à área de assistência alimentar, sendo responsável por um conjunto de programas voltados às populações em situação de vulnerabilidade social, além de pautar-se em três linhas de atuação: suplementação alimentar, racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos e atividades de apoio (VASCONCELLOS; MOURA, 2018). No entanto, tais ações não eram voltadas especificamente às CRQ.

Com isso, houve a criação do I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), extinto em 1974 devido a irregularidades e dificuldades na sua operacionalização. Posteriormente, em 1976 o II PRONAN foi elaborado e considerado um marco na política de alimentação e nutrição do País (BRASIL, 2004; ALPHINO et al., 2020).

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) fez parte de uma das ações voltadas a atender o II PRONAN, permitindo que as empresas realizassem programas de alimentação para seus trabalhadores com o intuito de melhorar seu aporte nutricional, principalmente os de baixa renda, promovendo maior produtividade e desempenho (CHEROL; FERREIRA; SALLES – COSTA, 2021).

Com a volta da democracia, nos anos 80, o país tinha uma nova perspectiva para o combate à fome e as discussões sobre alimentação e nutrição foram reativadas (CHEROL; FERREIRA; SALLES – COSTA, 2021). Em 1986, o INAN realizou a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, com a participação da sociedade civil. Um dos seus grandes marcos desse evento foi a incorporação do aspecto “nutricional” no conceito da SA (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020). Desse modo, começou-se a falar sobre SAN no país (SOUZA et al., 2020).

O fim da década de 80 e início dos anos 90 foi o marco para a consolidação desse conceito no Brasil, fruto de todo esse histórico de lutas e conquistas sociais (BRASIL, 2014). Cabe ressaltar que todas as ações, programas e políticas descritas anteriormente não eram focalizadas em povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, apresentando alcance bastante limitado para esse público (SILVA et al., 2014).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, marco histórico extremamente relevante, também chamada de Constituição Cidadã, que pela primeira vez foram reconhecidos os povos originários e as comunidades tradicionais quilombolas garantindo seus direitos ao reconhecimento e à titulação de terra ao estabelecer que, “aos remanescentes das comunidades

de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

No início dos anos 90, os programas de alimentação e de SAN passaram por retrocessos, sendo grande parte extinta e, por isso, foi um momento marcado por intensa mobilização social. Em 1992, após o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo, surge o período chamado de “Movimento pela Ética na Política”, liderado pelo Sociólogo Hebert de Souza, mais conhecido como Betinho (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020).

Com um cenário marcado pela inflação galopante e elevadas proporções de pobreza e fome, Betinho lança a “Ação da Cidadania Contra a fome, a miséria e pela vida”, mobilizando a sociedade civil e dando visibilidade aos dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) através dos mapas da fome I, II e III, que apontaram a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo em condições de indigência (BURITY et al., 2010).

Nesse período, surge a época do chamado “governo paralelo”, em que foi feito um plano que priorizava o problema da fome no Brasil, sendo uma das ações a criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (GALESI; QUESADA; OLIVEIRA, 2009). Em 1993, é criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) pelo Presidente Itamar Franco, como órgão de caráter consultivo à Presidência da República e tendo representantes da sociedade civil e governamentais (BRASIL, 2014).

Em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) teve como tema central “Fome, questão nacional” e tinha uma preocupação com a concentração de terra e renda, que eram vistas como determinantes para a fome (MARQUES; DORIA, 2021). A SAN foi considerada um componente estratégico do governo, além de fortalecer a presença da sociedade civil, com o intuito de assegurar o acesso de todos ao alimento, de forma permanente, pensando no preço adequado, na quantidade e qualidade desse alimento, visando a questão nutricional e uma vida saudável e digna, bem como os demais direitos da cidadania (SILVA et al., 2020).

O CONSEA acabou sendo extinto em 1995 e sendo substituído pelo Conselho de Comunidade Solidária (CCS), no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1997 (LEÃO, 2013). Outro desmonte das políticas que ocorreu foi a extinção do INAN (GALESI; QUESADA; OLIVEIRA, 2009). Entretanto, no ano de 1999, com o segundo mandato de FHC, houve uma das principais conquistas, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, em que a alimentação foi considerada um direito fundamental, além de pontuar a contribuição intersetorial da SAN, garantia da qualidade dos alimentos disponibilizados para o consumo no País, promoção de práticas alimentares saudáveis, prevenção de controles dos distúrbios nutricionais (VASCONCELLOS; MOURA, 2018; SILVA et al., 2020).

Em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o CCS foi substituído pelo Programa Fome Zero e a SAN foi colocada como prioridade de governo, tornando-se um programa criado para combater os problemas estruturais da fome, além de ter sido importante na retomada do CONSEA, mesmo ano que houve a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à fome (MESA) e também do Programa de Aquisição ao Alimento (PAA) (PEDRAZA; SALES, 2014; SILVA et al., 2020; MARQUES; DORIA, 2021).

Em 2004 surgiu o Programa Bolsa Família, que unificou os programas bolsa alimentação, auxílio gás, bolsa escola e cartão alimentação (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020). Também nesse ano, ocorreu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, responsável por elaborar a proposta da criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sancionada em 2006 (SILVA et al., 2020). E fruto de intensa mobilização social. O art. 3 da lei traz o conceito da SAN e diz que (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011):

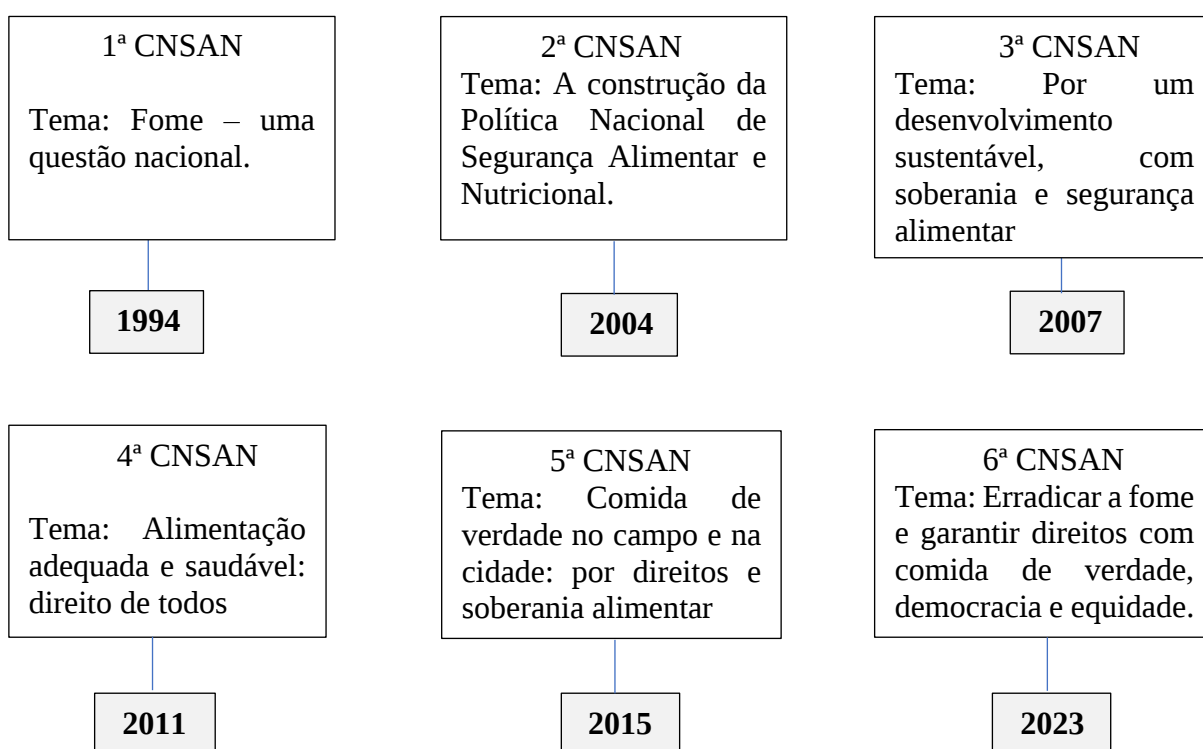
A segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art. 3).

Em 2007, acontece a III Conferência Nacional de SAN com o lema “Por um desenvolvimento sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”. Nesse mesmo ano, houve a publicação do decreto nº 6.272, que dispõe sobre as competências e funcionamento do CONSEA, e do nº 6.273, que instituiu a Câmara Interministerial de SAN (CAISAN). Em 2010, o direito humano à alimentação adequada foi instituído no artigo 6 da Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 64 que versa sobre “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020).

Neste mesmo ano, o decreto 7.27 instituía a Política Nacional de SAN tendo como objetivo assegurar o DHAA e SAN, além de dispor os parâmetros para elaboração do I Plano Nacional de SAN, o qual foi aprovado em 2011 pela IV Conferência Nacional de SAN (Figura 1) (MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020). Cabe ressaltar que, então, os quilombolas são reconhecidos dentro desta política pública por meio da instituição da quarta diretriz que coloca a “promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional

voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (...), povos indígenas e assentados da reforma agrária” (BRASIL, 2010, art. 3, inciso IV, grifo nosso).

Figura 1 - Histórico das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) no Brasil.



Fonte: Adaptado de Moraes, Sperandio e Priore (2020)

Dessa forma, com o entendimento do conceito da SAN passou-se a considerar sua abrangência como um grande desafio para a mensuração e monitoramento da mesma permitindo, então, a identificação e monitoramentos das suas dimensões, determinantes e indicadores.

2.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN): DIMENSÕES, DETERMINANTES E INDICADORES

O conceito da SAN é caracterizado por 2 elementos que são distintos, mas complementares: a dimensão alimentar, que dispõe sobre os aspectos da produção e disponibilidade dos alimentos, enquanto que a nutricional compreende as relações entre o homem e os alimentos. A SAN, por sua vez, possui várias dimensões que, internacionalmente,

a FAO define como: 1- disponibilidade do alimento, 2- acesso ao alimento, 3- utilização dos alimentos e dos nutrientes e 4- estabilidade (BRASIL, 2014).

A primeira dimensão associa-se à oferta adequada dos alimentos, estando relacionada com a produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição dos alimentos. A segunda refere-se ao acesso físico e econômico aos alimentos, ou seja, quando todos têm a capacidade de obter alimentos de forma socialmente aceitável, por meio da pesca, compra, produção, caça ou troca. A terceira dimensão caracteriza-se pela utilização biológica do alimento influenciada pelas condições de saneamento básico, segurança microbiológica e química, bem como pela saúde da pessoa. Por fim, a estabilidade é resultado das três dimensões citadas (BRASIL, 2014).

No Brasil as dimensões (Quadro 2) foram divididas em 6: produção de alimentos, disponibilidade de alimentos, renda, acesso à informação, saúde e acesso aos serviços de saúde e educação (SILVA, 2014). Quadro 2

Quadro 2 - Dimensões do Sistema de Monitoramento da SAN adotadas pela FAO e do Brasil.

Dimensões adotadas pela FAO	Dimensões adotadas o Brasil
Disponibilidade	• Produção de alimentos • Disponibilidade de alimentos
Acesso	• Renda • Acesso à informação
Utilização	• Saúde e acesso aos serviços de saúde
Estabilidade	• Educação

Fonte: Adaptado de Silva (2014)

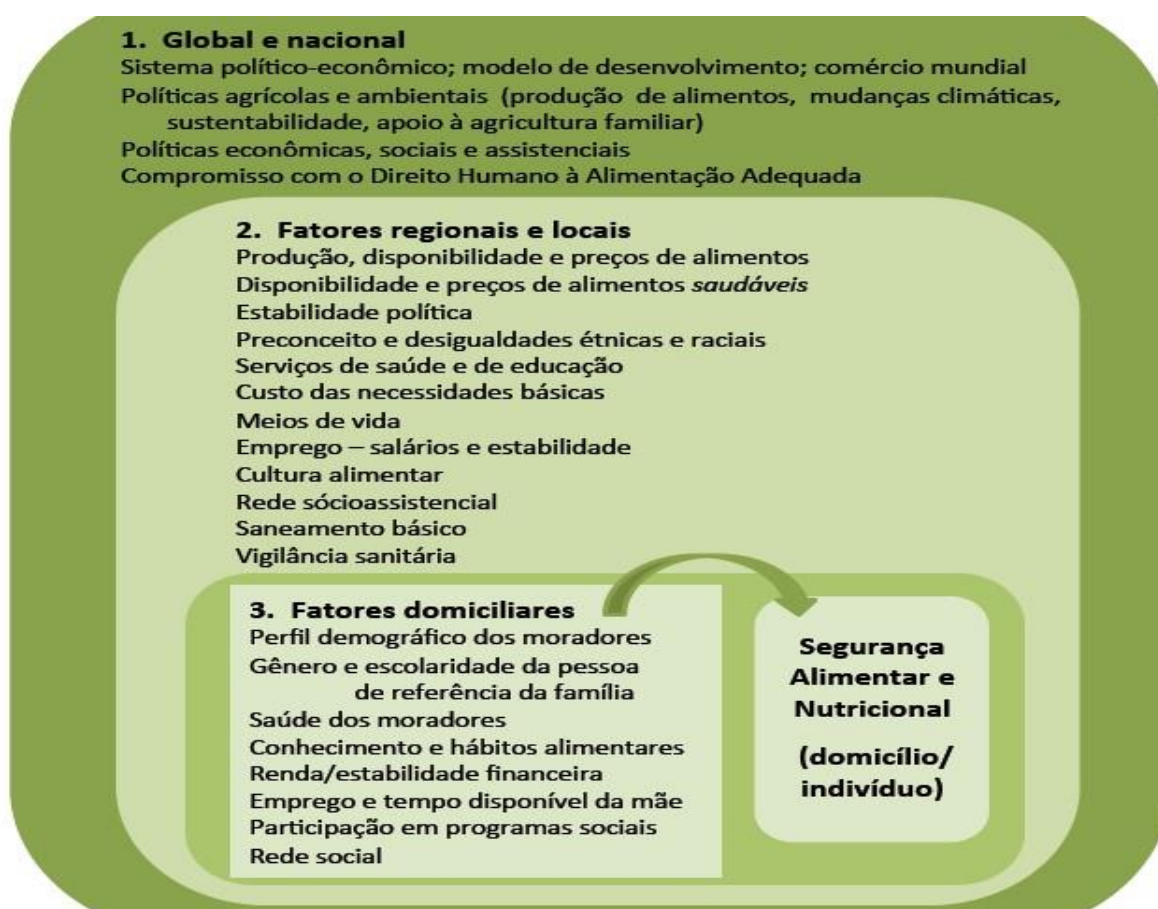
No entanto, atualmente trabalha-se com quatro dimensões: 1- produção e disponibilidade de alimentos, 2- acesso à alimentação adequada, 3- consumo adequado e 4- aproveitamento/utilização biológica. A primeira continua envolvendo a quantidade e qualidade do alimento e estando relacionada à produção, abastecimento e distribuição. Na segunda dimensão permanecem o acesso físico e o econômico, lembrando que fatores como a renda, a aquisição domiciliar de alimentos e a situação de SA no domicílio interferem no acesso regular e permanente aos alimentos (SILVA, 2014).

Vale lembrar que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é o instrumento responsável por avaliar o acesso ao alimento no domicílio, uma das dimensões da SAN e, por isso, verifica apenas a IA e não a IAN, pois a parte nutricional pode ser avaliada por meio da antropometria ou do consumo alimentar, por exemplo.

Com isso, é importante saber que a IA é categorizada em três níveis, sendo eles: Leve ou “Preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos”; Moderada ou “Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de alimentos” e Grave ou “Fome (sentir fome e não comer por falta de dinheiro para comprar alimentos; fazer apenas uma refeição ao dia, ou ficar o dia inteiro sem comer). Ao passo que, a SA é considerada quando “A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”. (REDE PENSSAN, 2022).

A terceira e a quarta dimensão de SAN envolvem o estado nutricional do indivíduo, as práticas alimentares saudáveis, o acesso a serviços básicos, os aspectos sanitários e químicos dos alimentos, o acesso à saúde e a adequação às recomendações nutricionais (REDE PENSSAN, 2022). É importante ressaltar que cada dimensão (Figura 2) permite o monitoramento e a identificação de determinantes (BRASIL, 2014).

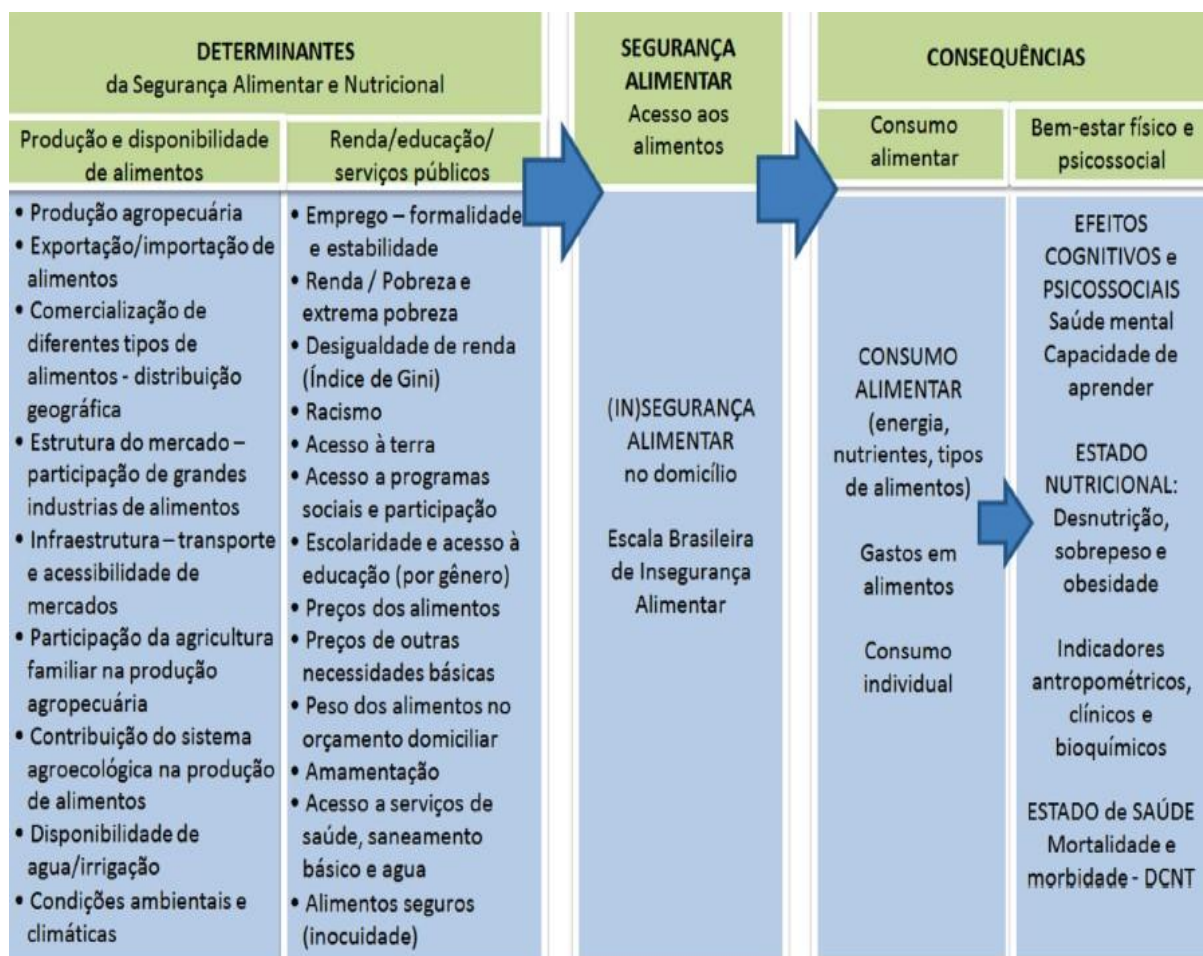
Figura 2 - Determinantes globais, nacionais, regionais, locais e domiciliar da SAN



Além disso, cada dimensão envolve vários indicadores. A primeira dimensão está atrelada à comercialização de agrotóxicos por área plantada, número de produtores orgânicos certificados no Brasil, área ocupada pela agricultura familiar em relação à área total de produção, dentre outros. Quanto ao acesso, os indicadores bastante utilizados são: evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza, evolução da porcentagem de domicílios com IA, custo da cesta básica de alimentos etc.

As outras duas dimensões podem ser medidas através da avaliação do consumo alimentar, estado nutricional (baseando-se na antropometria e exames bioquímicos), aleitamento materno, baixo peso ao nascer, população com acesso a serviço de saneamento ou de saúde ou de água tratada (KEPPLE et al., 2015). Dessa forma, assim como a IA domiciliar e individual é consequência de vários determinantes (Figura 3), também se configura como um fator para várias consequências relacionadas às condições físicas e mentais das pessoas (KEPPLE et al., 2015).

Figura 3- Determinantes e consequências da IA no domicílio.



Percebe-se que a IA atinge mais a população preta ou parda face a parte histórica como o racismo estrutural e a injustiça na distribuição de bens e recursos (REDE PENSSAN, 2022). Estes resultados são frutos de uma sociedade em que o preconceito, o racismo, a desigualdade social e racial perpassam até os dias atuais, sendo oriundos da própria estrutura da sociedade, o racismo estrutural.

2.4 O RACISMO ESTRUTURAL E SUA RELAÇÃO COM AS MAZELAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Almeida (2019) caracteriza raça como “uma relação social, o significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutural social marcada por conflitos antagônicos”, embora em seu conceito e sua etimologia haja controvérsia. Desse modo, entende que seu conceito sempre esteve ligado ao ato de estabelecer classificações, além de retratar que se trata de uma noção e fenômeno da modernidade, mais especificamente em meados do século XVI estando, então, associada a circunstâncias históricas como a expansão mercantilista e a descoberta do “novo mundo” (BATISTA, 2018).

Havia uma explicação para raça como algo em que as características biológicas e geográfica das pessoas definiam sua capacidade intelectual, moral e psicológica (GAUDIO, 2019). Esta “noção”, embora discuta-se e afirme-se a sua inexistência, é considerada um fator político capaz de naturalizar a desigualdade, a segregação e o genocídio (ALMEIDA, 2019).

Ao entender sobre raça, é possível compreender sobre racismo, mas antes é necessário diferenciá-lo de outros “termos” que são associados à ideia de raça: o preconceito e a discriminação (BATISTA, 2018). Preconceito racial é “o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Exemplo disso é julgar negros como violentos e inconfiáveis (ALMEIDA, 2019).

Enquanto isso, discriminação racial é definida como “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”, sendo fundamentada nas relações de poder e que pode ocorrer de forma direta como países que proíbem a entrada de negros ou judeus, muçulmanos ou ainda lojas que se recusam a atender clientes motivadas pela “condição racial”; e a indireta, atrelada a situações específicas e as quais são ignoradas (ALMEIDA, 2019). A consequência disto foi a estratificação social (GAUDIO, 2019).

Assim, o racismo é considerado “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes

que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019). Há três concepções para esta termo: o individualista, o institucional e o estrutural. Na concepção individualista, o racismo é associado à ideia de “patologia” ou anormalidade, além de que decorre através de termos inconsequentes como “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “tenho amigos negros”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?” (ALMEIDA, 2019).

Enquanto isso, a concepção institucional deixa de considerar o racismo com comportamentos individuais e passa a ser relacionado ao funcionamento das instituições que, direta ou indiretamente, conferem desvantagens e privilégios de acordo com a “raça”. Um exemplo são os espaços que transpassam a sensação de poder, os quais são dominados por brancos, como o judiciário, a diretoria de empresas, reitorias de universidades, dentre outros (ALMEIDA, 2019).

Na concepção estrutural o racismo é, simplesmente, resultado da própria estrutura social, ou seja, não é uma patologia social e nem algo institucional, até porque as instituições são a materialização de uma estrutura social. Nesse caso, as instituições são racistas porque a sociedade é machista, mas também não tira a responsabilidade individual diante de condutas racistas (ALMEIDA, 2019). Desse modo, o racismo se constitui pelas relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares que foram sedimentadas em patamares discriminatórios, então, o racismo é estrutural. (BATISTA, 2018).

Além disso, há uma naturalização que acaba fundamentando as desigualdades raciais ao normalizar que grande parte das pessoas pretas receba salários menores, não consiga frequentar a universidade, não ocupe posições de poder, seja assassinada corriqueiramente, seja atrelada a trabalhos mais degradantes e more em regiões periféricas ou de difícil acesso (BATISTA, 2018).

O racismo é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que utiliza a sua renovação do para sua própria perpetuação. Um exemplo é que, como forma de controle social, acaba naturalizando o pagamento de salários baixos para esses grupos minoritários. O racismo não é resquício da escravidão. Na verdade, a escravidão e o racismo são elementos componentes da modernidade e do capitalismo e, como parte desses grupos minoritários, os quilombolas sofreram e sofrem até os dias atuais com o racismo estrutural, a invisibilidade e a vulnerabilidade social (GAUDIO, 2019).

2.5 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: CONHECER E ENTENDER SUAS RESISTÊNCIAS

Quando trazidos para o Brasil, os negros foram oprimidos e agredidos e colocados em uma posição de massa trabalhadora escravizada, fruto do racismo e da criação de uma ideologia de raças (CASTILHO, 2018). Diante de toda a condição brutal de vida a que foram submetidos, surgiram diversos movimentos de resistência que, por sua vez, deram origem aos quilombos, símbolos de fuga, resistência e luta dos negros (SANTANA, 2017).

O Quilombo de Palmares, formado no final do século XVI, situado na Zona da Mata de Alagoas, com cerca de 30 mil quilombolas, foi o maior símbolo dessa resistência. Teve como líder Zumbi dos Palmares e se manteve firme de 1595 a 1695, aproximadamente um século (SANTANA, 2017). Estes territórios fixaram-se em locais distantes, com pouca visibilidade, de difícil acesso; e os quilombos urbanos se situaram na periferia (SANTOS, 2018).

Na década de 1740, o Conselho Ultramarino Português definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Este conceito compreendia cinco elementos: 1 – a convicção recriminatória de fuga; 2 – o pouco número de fugidos; 3 – o isolamento geográfico e a concepção de um modo de vida incompreensível; 4 – a forma como as moradias eram construídas, sendo chamadas de “rancho”; e 5- a não exigência de autoconsumo e reprodução. Dessa forma, essa definição considerava quilombo como um local de desaceitação e punição (BRASL, 2018).

De 1740 a 1838 ocorreram diversas revoltas populares como a revolta dos alfaiates, dos cabanos, dos malês e dos balaio. Nesse período também houve o tratado de comércio anglo-brasileiro e em 7 de Novembro de 1831 foi aprovada a “Lei Feijó”, que proibia o tráfico negreiro. No entanto, a lei não funcionou na prática e, por isso, ficou conhecida como a “lei para inglês ver”. Em 1850, entra em vigor a lei de terras, que desencadeou a concentração de terras no Brasil tornando-as um bem comercial, visto que o acesso à terra só se dava por meio de compra e, por isso, os negros livres, imigrantes e pobres ficaram excluídos, o que contribuiu para a expansão da concentração fundiária com os mais ricos, a exemplo dos fazendeiros (PORTO, 2023).

Entre 1871 e 1885 é promulgada a lei do ventre livre e do sexagenário permitindo, respectivamente, a liberdade aos filhos de pessoas escravizadas nascidos a partir daquele período e dos escravos com mais de 60 anos de idade (SANTANA, 2017). Em 1888, é aprovada a Lei Áurea que decretou a abolição da escravidão, sendo o Brasil o último país da América a

aboli-la devido a uma grande pressão internacional. No entanto, os agora “ex escravos” não tinham direito à terra e passaram a ocupar locais precários como morros nos centros urbanos, além de que a opressão e dominação racial não tinham sido superadas (CASTILHO, 2018).

O ano de 1931 foi marcado pelo movimento negro brasileiro chamado de “Frente Negra Brasileira”, tornando-se partido político em 1936 que, entretanto, foi extinto no ano posterior. Neste período, ocorreu a primeira eleição em que as mulheres puderam votar e serem votadas, o que levou a primeira mulher negra a assumir um mandato político no país, entre 1934-1937, onde Antonieta de Barros, professora, jornalista e escritora foi eleita. Em 1967, o racismo foi reconhecido como uma realidade no Brasil através da Convenção Internacional de Direitos Humanos (SILVÉRIO, 2017).

Somente um século após à “abolição”, mediante esse contexto de violação dos direitos dessa população, em 1988 houve a promulgação da Constituição Federal, que através do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), apresentou um novo conceito de quilombo, considerando como uma herança cultural e material, sentimento de pertencimento e identidades (SANTANA, 2018).

Logo após a Constituição Federal, a lei nº 7.668/1988 criou a Fundação Cultural de Palmares (FCP), responsável por realizar o cadastro Geral dos Remanescentes de Quilombos e primeira instituição pública com cunho de preservação e promoção dos valores negros (SANTANA, 2018). A partir daí, as primeiras políticas públicas voltadas para esse público foram surgindo (SANTOS, 2018). No entanto, somente em 1992 a primeira CRQ no Brasil foi reconhecida, o quilombo Frechal no Maranhão e apenas em 1998 aconteceu a primeira legalização de posse de terra (SILVÉRIO, 2017).

Em 1995, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares com o objetivo de lutar contra o racismo, a falta de políticas públicas para a população negra e o preconceito. Foram cerca de 30 mil pessoas que percorreram as ruas de Brasília. Como consequência desse movimento, FHC instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (CASTILHO, 2018). Nesse mesmo ano, a primeira CRQ no Brasil foi titulada, a comunidade de Boa Vista, em Oriximiná (PR) (BRASIL, 2005).

No ano seguinte, foi instituída a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Negras Quilombolas (CONAQ) com o objetivo de se constituir como movimento social. No ano de 1996 também foi marcado pelo Movimento Negro, em que o Ministério da Saúde passou a considerar a cor no Sistema de Informação sobre Mortalidade e Nascidos Vivos (SANTOS, 2018).

Em 2001, há um retrocesso no processo de titulação das terras quilombolas. O decreto nº 3.912 restringiu o art. 68 da Constituição Federal ao determinar que somente “as terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888” e as que estavam “ocupadas por remanescentes das comunidades destes em 5 de outubro de 1988” seriam contempladas. Com isso, houve uma paralisação nas titulações das terras quilombolas durante esse período (BRASIL, 2005).

Mesmo diante desse retrocesso, em 2002 o Brasil ratifica a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada em 1989, o primeiro documento internacional voltado especificamente para os povos indígenas e tribais importante no reconhecimento desses povos (BRASIL, 2013). Em 2003, o decreto nº 4.887 foi publicado e este, regulamentava e restituía o que tratava o art. 68 da Constituição para titulação das terras quilombolas, definindo remanescentes de quilombos como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2018).

Esse decreto também foi responsável por estabelecer o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como órgão responsável por realizar a titulação das terras quilombolas. Além disso, em 21 de Março desse mesmo ano, através da lei nº 10.678, criou-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República e com o objetivo de articular e coordenar políticas de promoção de igualdade racial (BRASIL, 2018).

Em 12 de Março de 2004, é criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela SEPPIR e norteado pelo decreto nº 4.886/2003, que estabelece a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse programa é norteado pela tríade: gestão descentralizada e democrática e a transversal. Além disso, em 2007 foi elaborada a Agenda Social Quilombola (ASQ), por meio do decreto nº 6.261, que estabeleceu quatro eixos de ação: 1 – acesso à terra; 2 – infraestrutura e qualidade de vida; 3 – inclusão produtiva e desenvolvimento local; e 4 – direitos e cidadania (BRASIL, 2013).

Também em 2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do decreto nº 6.040. Tratou-se de um instrumento responsável por garantir os direitos e reconhecimento para além dos indígenas e quilombolas, considerando também povos de comunidades tradicionais os ciganos, seringueiros, matriz africana, marisqueiros, ribeirinhos, dentre outros. Em 2010, foi aprovada a lei nº 12.288 que institui o Estatuto de Igualdade Racial, importante por prever o estabelecimento de políticas públicas para valorização da cultura negra, incluir a garantia dos

direitos dos quilombolas em áreas da saúde, educação, acesso à terra, dentre outros, na tentativa de corrigir as desigualdades oriundas do sistema escravista (BRASIL, 2018).

Em 2011, foi sancionada a lei nº 12.519, a qual institui oficialmente o dia 20 de Novembro como dia Nacional da Consciência Negra no Brasil. No entanto, desde a década de 70, esse termo ganhou notoriedade, em razão dos movimentos sociais que aconteceram nessa época e, principalmente, pelo assassinato de Zumbi dos Palmares (SILVÉRIO, 2017).

Em 2013 foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (SANTOS, 2018). Em 2016, por meio do decreto nº 8.750/10, foi instituído o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que visava monitorar, acompanhar, coordenar a política e o plano de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (BUENO, 2023).

Entretanto, os quilombolas vivem até hoje marginalizados e a invisibilidade desses territórios permanece perante a sociedade e órgãos públicos (SANTOS, 2019). A realidade das CRQs é marcada por condições de baixa renda, falta de acesso à água potável, saneamento básico, acesso deficitário às políticas públicas, dentre outros, devido ao cenário de exclusão que se perpetua durante toda a história (FERNANDE, 2021). Cherol, Ferreira e Sales-Costa (2021) trazem que apenas 5,2% dos domicílios nas CRQs avaliados tinham saneamento adequado e 37% não tinha abastecimento de água.

A importância e constante luta das CRQs pela certificação e, principalmente, pela titulação se dá, justamente, pelo reconhecimento público dessas comunidades e a busca pela cidadania, com garantia das tradições, hábitos, cultura, além de que, especialmente em caso de titulação, torna-se ainda possível uma maior exigibilidade de políticas públicas nesses territórios (SANTOS, 2019).

2.6 CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

A certificação, através da FCP, é o primeiro passo para demarcação e titulação das terras pelo INCRA. A comunidade passa a ter o reconhecimento de sua existência e, consequentemente, o acesso às políticas públicas (MONEGO et al., 2010). A titulação é ainda mais importante, pois define a propriedade definitiva do território, além de estabelecer o alcance de políticas públicas ainda mais estruturantes. Entretanto, é um processo burocrático e que necessita de muitos documentos (SILVA, 2017).

As etapas para titulação (Figura 4) têm início com a abertura do processo, o qual pode ser solicitado pela associação representativa de quilombolas ou pelo próprio INCRA. O segundo passo é a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos pela FCP, pois para a comunidade obter a titulação, é necessário que já seja certificada pela FCP, sendo que nesse processo a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola e apresenta o relato sintético da trajetória do grupo (história da comunidade) (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2023).

Posteriormente, ocorre a produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), tendo como o objetivo identificar o território quilombola e a situação fundiária de sua terra. Com isso, o INCRA notifica órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Secretaria do Patrimônio da União – SPU, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional – CDN; Fundação Cultural dos Palmares – FCP; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro – SFB (MACIEL; SANTOS, 2020).

O RTID é composto por alguns documentos, são eles: relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento da eventual sobreposição e parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta da área a ser titulada. A quarta etapa é a análise do RTID pelo comitê de decisão regional do INCRA, sendo que este relatório pode ser aprovado ou reprovado (por não atender todos os critérios exigidos nas normas do INCRA), mas pode haver revisões ou complementações e, assim, outra análise pelo comitê (SILVA, 2017).

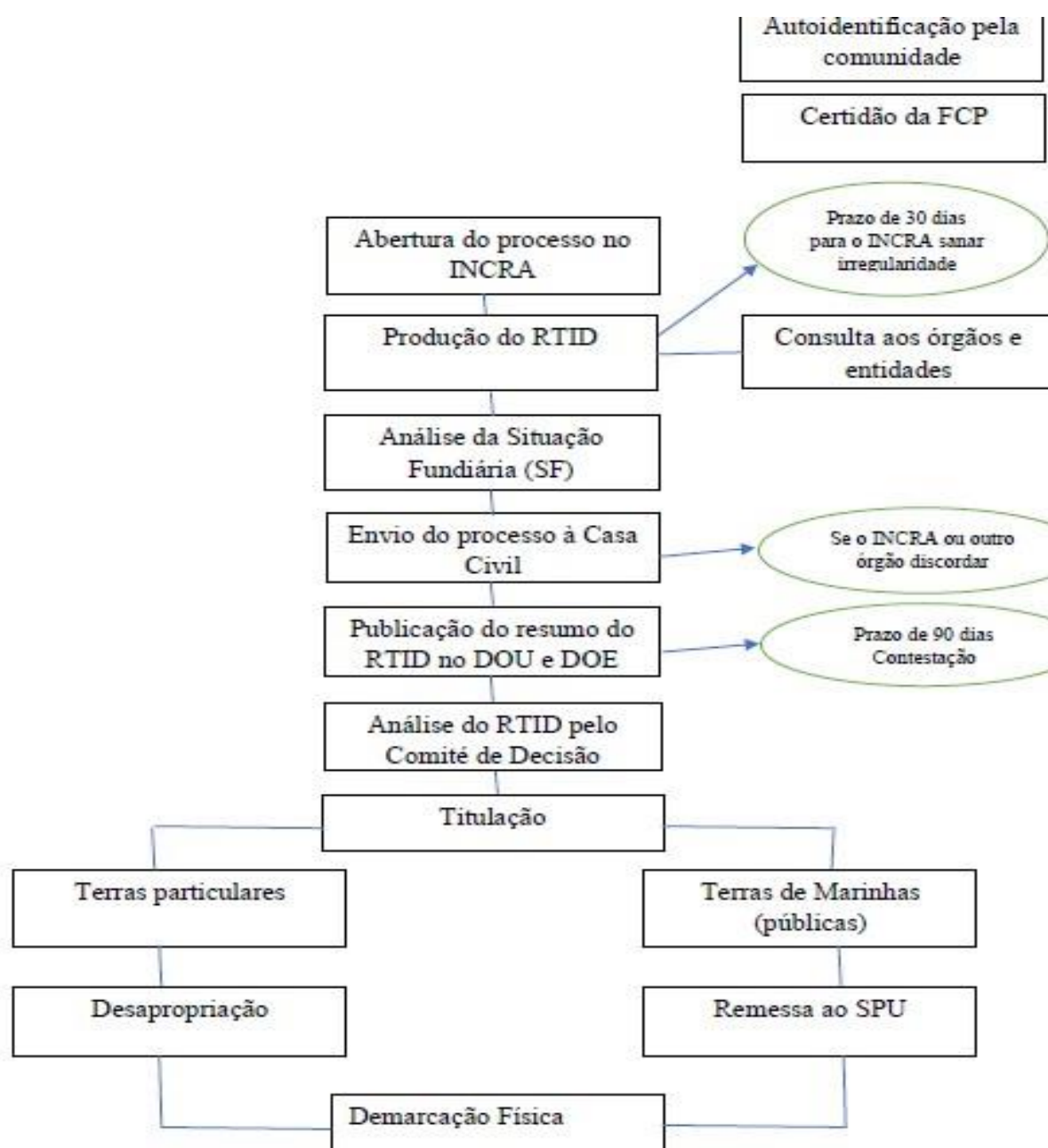
Posteriormente, ocorre a consulta a órgãos e entidades, isto é, o RTID é encaminhado para os órgãos mencionados acima (IPHAN, IBAMA, SPU, FUNAI, CDN, FCP, ICMBio, SFB, dentre outros), visto que o território da comunidade pode estar em áreas administradas por algum desses órgãos. A sexta etapa trata-se da publicidade e contestação, isto porque, se aprovado pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA, o relatório é enviado para publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial da unidade federativa (FEITOSA et al., 2021).

Caso haja contestação e esta seja acatada pelo INCRA, o RTID é alterado e há uma nova publicação, mas se a contestação não for acatada, há um recurso que será analisado pelo Conselho Diretor do INCRA e se for aceito será publicado nos diários oficiais e feitas as devidas alterações. Por fim, o INCRA realiza a demarcação física dos limites do território quilombola,

e outorga o título definitivo considerando que a terra não pode ser dividida, vendida, loteada, arrendada ou penhorada (MACIEL; SANTOS, 2020).

O processo de titulação do território é encerrado através da publicação, pelo presidente do INCRA, reconhecendo e declarando os limites da área quilombola e tendo um prazo de 30 dias para publicar no Diário oficial da União e da unidade federativa onde está a comunidade quilombola. Por fim, o processo de regularização fundiária culmina com a realização do registro do título em cartório da comarca de localização do território (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2023).

Figura 4 - Fluxograma das etapas para titulação das terras quilombolas



Assim, os territórios quilombolas são categorizados de acordo com os seguintes *status* fundiários: delimitado (os que possuem alguma delimitação formal, através de algum material, como mapeamentos, e que estão presentes no INCRA), estudo técnico (os que limites foram publicados diante de algum estudo elaborado), RTID (aqueles que possuem estudo técnico elaborado e publicado pelo INCRA. Primeira fase da titulação), portaria (os que contam com portarias de reconhecimento, em que há os limites territoriais e, então, é encaminhado para o processo de regularização fundiária), decreto (aqueles que estão em processo de indenização dos imóveis), por fim, o título (territórios integralmente titulados) (IBGE, 2023).

No entanto, mesmo titulados, nos últimos anos esses territórios sofreram com o desmonte da política pública de SAN e suas ações, tais como a não promoção de uma alimentação saudável, especialmente para os grupos em situação de IAN, além das políticas de regularização fundiária, de acesso ao alimento e à água, de transferência de renda, de incentivo à agricultura familiar, dentre outras políticas.

2.7 O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS QUILOMBOLAS

Especialmente a partir de 2016, as políticas públicas que, direta ou indiretamente, envolviam as comunidades quilombolas sofreram desmontes (Quadro 3), dentre elas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), cestas básicas tiveram seus recursos reduzidos, às vezes em até 100%, o que pode-se observar nas Lei Orçamentaria Anual (LOA) 2014 e 2018 (BRAGA; PEDROSA, 2021). Tais medidas exacerbaram os efeitos negativos na segurança alimentar e nutricional, especialmente nas populações mais vulneráveis do país, como os quilombolas (ALPINO et al., 2020).

Quadro 3 – Redução orçamentária de programas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Programa	LOA (2014)	LOA (2018)
Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais	R\$ 6 milhões	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	R\$ 1.3 bilhões	R\$ 431 milhões

Programa “Água para Todos” (Cisternas)	R\$ 248.8 milhões	R\$ 40.8 milhões
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	R\$ 630 milhões	R\$ 185.4 milhões
Distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos (cesta básica)	R\$ 82 milhões	R\$ 27.4 milhões
Inclusão produtiva de mulheres	R\$ 32.5 milhões	R\$ 3.6 milhões

Legenda: - Não houve divulgação do orçamento destinado (considerando-se uma redução de 100%). LOA – Lei Orçamentária Anual (LOA).

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2022)

Além disso, vários ministérios importantes para esse público foram extintos, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRDH), através da medida provisória nº 726/2016, a qual estabeleceu a lei nº 13.341/2016 (DALOSTO; DALOSTO, 2018).

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) na gestão Temer, passando depois a Ministério da Cidadania na gestão Bolsonaro, com a migração da responsabilidade de ações voltadas aos quilombolas (como as dispostas no art. 3º, incisos IV e V, sobre o desenvolvimento sustentável pelos agricultores rurais e as demarcações de terras) para a Casa Civil (DALOSTO; DALOSTO, 2018).

Somado a isso, ocorreu o corte dos recursos especialmente a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº. 95, ano que foi responsável por congelar os gastos públicos por 20 anos, incluindo o corte de 11% do Programa Bolsa Família e redução de 99,8% dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (GURGEL et al., 2020).

O enfraquecimento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre 2016-2019 resultou em reduções percentuais orçamentárias a programas como o de distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos (cesta básica), que no ano de 2014 tinha um orçamento de R\$ 82 milhões, mas que reduziu para R\$ 27,4 milhões em 2018 (PINHEIRO, 2022).

Outro desmonte que ocorreu foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, uma instância consultiva da Presidência da República com expressiva participação da sociedade civil organizada e, por isso, importante na

construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (CHEROL; FERREIRA; SALLES-COSTA, 2021). Nessa mesma época, também houve a exoneração de funcionários da Secretaria Nacional de SAN (SESAN) (BRAGA; PEDROSA, 2021).

Ainda houve o fim dos estoques reguladores de preços do governo, fechamento e venda dos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que foi uma decisão crucial para que ocorresse a desvalorização da moeda nacional e, consequentemente, mais exportação e desabastecimento de alimentos no mercado interno, resultando no aumento do preço dos alimentos e redução do poder de compra das famílias, intensificando a IA (PINHEIRO, 2022).

Outra perda para as comunidades quilombolas refere-se à exclusão destes do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, sendo que algumas ações orçamentárias continuaram, mas com pouco ou nenhum orçamento. O orçamento de 2021, por exemplo, foi aprovado, porém com atraso, tornando-se escusa para uma má execução das políticas públicas (INESCO, 2021). Neste mesmo ano, o plano Orçamentário (PO) de Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e outras comunidades tradicionais autorizou somente R\$ 600 mil considerando todo o Brasil, sendo que apenas R\$ 199,5 mil foram utilizados (CNASI, 2022).

Também em 2021, dos R\$ 281,3 milhões para Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (localidades de pequeno porte) ou em Comunidades Tradicionais (remanescentes de quilombos)” apenas R\$ 29,5 milhões foram utilizados, o que equivale apenas a 10% do total (INESCO, 2021).

Vale ressaltar também a transferência do INCRA para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2019, por meio da Medida Provisória 870/2019 e lei 13.84/2019, assumindo a responsabilidade da reforma agrária e regularização fundiária das áreas rurais e terras quilombolas ainda que sem estrutura, conhecimento e familiaridade com as demandas desse segmento social (CNASI, 2022).

O INCRA passou a ser supervisionado pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), do Ministério de Agricultura, tornando -se responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam as comunidades quilombolas e que anteriormente era papel da FCP. Além de o INCRA não possuir estrutura para atender essa demanda, houve corte brutal nos recursos destinados para Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas. Em 2010, o orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA) era de R\$ 64 milhões (R\$ 10 milhões para gastos correntes e R\$ 54 milhões para indenizações); já em 2019, esse quantitativo foi de

R\$ 3,5 milhões (quase R\$ 2,5 milhões para gastos correntes e R\$ 958 mil para indenizações) (CNASI, 2022).

Em 2020, o montante foi de R\$ 2.942.132,00 (sendo apenas R\$ 735.533,00 para indenização de imóveis) e, em 2021, o orçamento disponível para a política de regularização fundiária quilombola de todo o país foi de apenas R\$ 206.008,00, equivalendo a uma redução de mais de 90% em relação ao exercício financeiro anterior (CNASI, 2022). Em 2021 não houve montante aprovado para pagamento de indenização de imóveis rurais e, em 2022, a LOA foi apresentada com R\$ 405.000,00, sendo R\$ 54.000,00 para indenização de imóveis. O projeto de lei orçamentária encaminhado para 2023 manteve o montante de R\$ 405 mil para a política pública (INESCO, 2021; CNASI, 2022).

Em 2023 algumas dessas políticas públicas, como o PAA e de regularização fundiária foram sendo retomadas. No entanto, vale lembrar que tudo isso evidencia que as famílias quilombolas, mesmo na atualidade, possuem desigualdades nas condições de vida e acesso aos alimentos em relação a famílias não quilombolas. Esse fato leva a concluir que outros fatores, que não apenas a localização em zona rural e o difícil acesso a essas comunidades, podem influenciar nas condições inadequadas de vida e alimentação (CHEROL; FERREIRA; SALLES-COSTA, 2021).

2.8 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO BRASIL E EM SERGIPE

Segundo o IBGE (2023) em 2022 constavam 3.583 CRQs reconhecidas e dispersas em 24 estados brasileiros, exceto no Acre, Roraima e Distrito Federal. Grande parte desses territórios estavam no Maranhão (n=859) e na Bahia (n=841). Destas comunidades reconhecidas, 2.921 possuíam certificação.

De acordo com a FDC (2023) (Quadro 4), até o ano de 2022, foram 3.563 CRQs reconhecidas e 2.901 certificadas, sendo o Nordeste a região com maior parte desses territórios, 2.241 reconhecidas e 1765 certificadas (61%).

Quadro 4 - Comunidades quilombolas certificadas e reconhecidas no Brasil, por regiões, 2022.

QUADRO GERAL POR REGIÃO			
Nº	UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Reconhecidas)
1	NORTE	302	371
2	NORDESTE	1765	2241

3	CENTRO-OESTE	151	169
4	SUDESTE	492	589
5	SUL	191	193
TOTAL POR ANO		2.901	3.563

Fonte: Adaptada de FCP (2022)

O INCRA relata a existência de 1.802 processos de regularização fundiária, sendo 1023 (56,8%) no Nordeste, além disso o IBGE também mostra a distribuição dos territórios quilombolas oficialmente delimitados, que resultou em 502 CRQs (IBGE, 2023).

Tais territórios quilombolas oficialmente delimitados foram classificados segundo o *status* fundiário (Tabela 1) reunindo cadastros de títulos, decretos, portarias, RTID, estudo técnico e delimitação. No entanto, foram considerados 494 territórios nos 24 estados da federação e no DF, pois alguns deles possuíam suas áreas distribuídas em mais de um estado (incluindo dois sergipanos: Mocambo/porto da folha e Serra da guia – poço redondo). Sendo assim, constatou-se que a titulação ainda se encontrava em processo em 347 dos 494 territórios oficialmente delimitados (70,24%), pois apenas 147 já possuíam a titulação (IBGE, 2023).

Tabela 1 - Territórios quilombolas por *status* fundiário, 2022.

Status fundiário	Quantidade	Percentual
Titulado	147	29,76%
Decreto	82	16,60%
Portaria	72	14,57%
RTID	197	27,73%
Estudo técnico	40	8,10%
Delimitado	16	3,24%
Total	494	100,00%

Fonte: Adaptado de IBGE (2022)

O número de quilombolas no Brasil (Tabela 2) é de 1.327.802, o que equivale a 0,65% da população brasileira. O Nordeste é a região com maior concentração desses indivíduos (68,19%), com 905.415 remanescentes de quilombos (IBGE, 2023).

Tabela 2- População quilombola e distribuição percentual, segundo as grandes regiões, 2022.

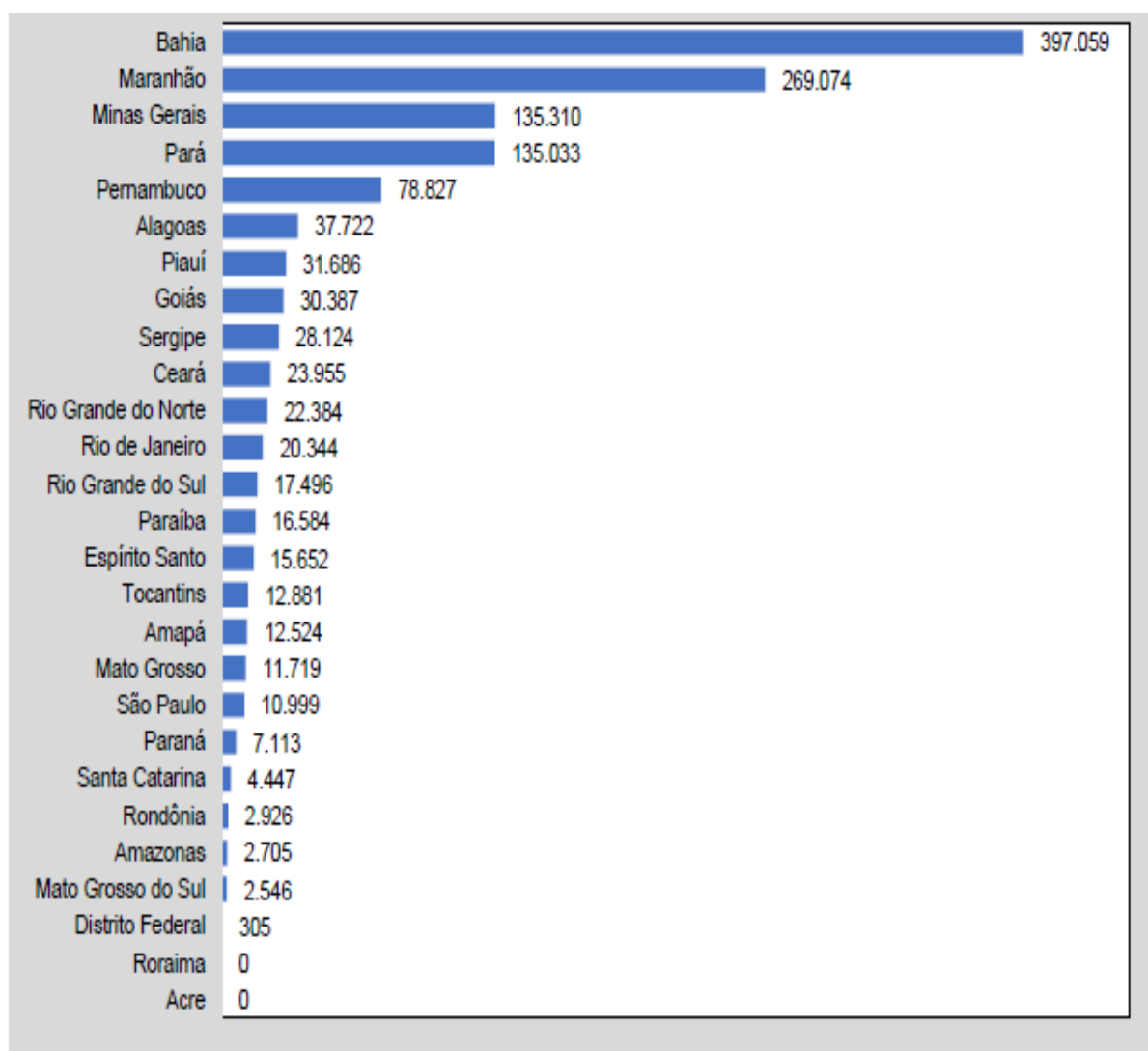
Grandes Regiões	População quilombola e distribuição percentual	
	Pessoas quilombolas	Distribuição de pessoas quilombolas

Brasil	1 327 802	100,00%
Região Norte	166 069	12,51%
Região Nordeste	905 415	68,19%
Região Sudeste	182 305	13,73%
Região Sul	29 056	2,19%
Região Centro-Oeste	44 957	3,39%

Fonte: Adaptado de IBGE (2022)

Sergipe está na nona posição entre as unidades de federação, com 28.124 pessoas cadastradas como pertencentes ao quilombo (Figura 5). Somente Acre e Roraima não possuem pessoas quilombolas (IBGE, 2023). Além disso, o estado possui 32 CRQs certificadas e apenas quatro são tituladas: Pirangi (Capela), Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco), Serra da Guia (Poço Redondo) e Mocambo (Porto da Folha) (SILVA, 2017).

Figura 5 - Pessoas quilombolas, segundo as unidades da federação, 2022



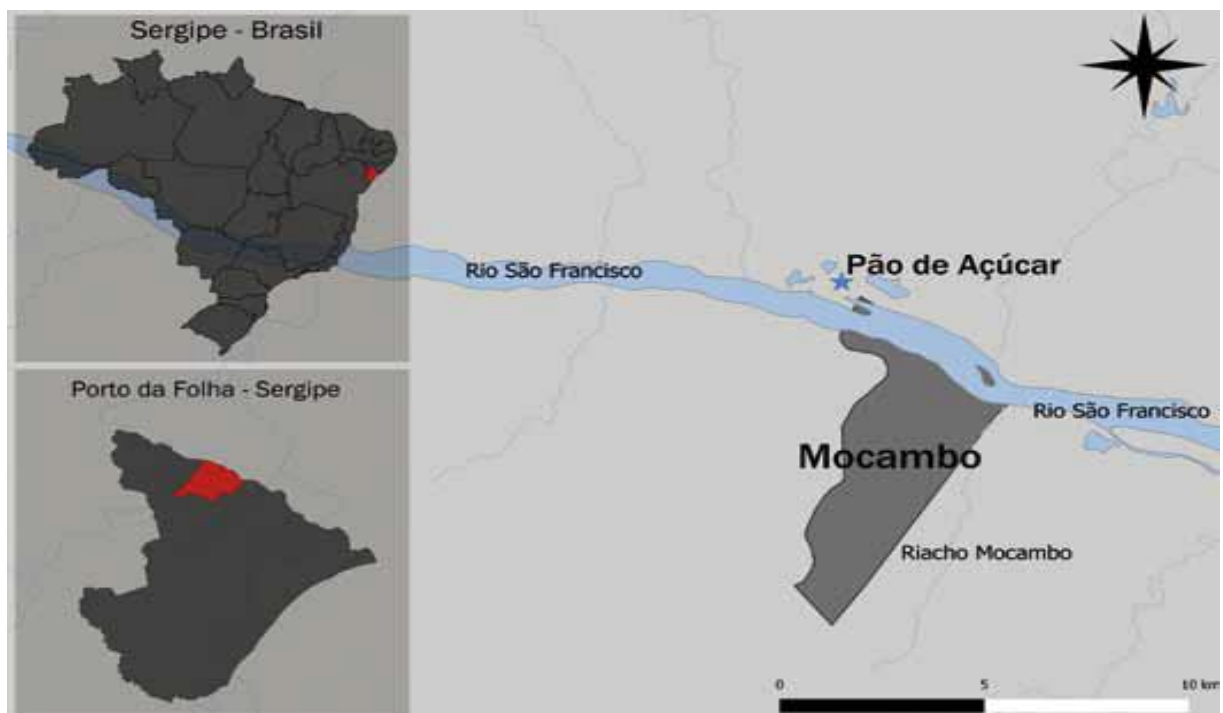
Fonte: (IBGE, 2022)

2.9 MOCAMBO: TERRITÓRIO DE LUTA, RESISTÊNCIA, DA PADROEIRA SANTA CRUZ E DO SAMBA DE COCO.

O Imperador vinha de uma longa viagem pelo São Francisco quando chegou nessas beiras. À altura do Mocambo, percebeu, na beira do rio, uma “rama de gente” e resolveu parar, mas só encontrou lugar para encostar sua embarcação na Ilha de São Pedro. Ali conheceu o frei Doroteu, a aldeia dos índios e, sensibilizado pela precária situação dos “caboclos”, mandou demarcar as terras para eles imaginando que estivesse incluída a população que ele havia avistado inicialmente. Quando o engenheiro chegou para demarcar tais terras, estas foram divididas em uma “légua em quadro” para os índios e o restante para os fazendeiros, que então chegavam ali pela primeira vez. Como o engenheiro mediu a légua em quadro tomando como referência a ponta de baixo do aldeamento, a demarcação deixou de fora justamente o trecho em que os negros moravam e que fora avistado em primeiro lugar por D. Pedro (ARRUTI, 2016, p. 188).

Mocambo ou *Mukambu* tem origem no termo *quimbundo* e quer dizer “terra de refúgio” ou “negros fugidos”. A CRQ Mocambo está situada no município de Porto da Folha/Sergipe, que está a leste (20km rio abaixo), a oeste e a poucos metros está Niterói, um povoado que surgiu diante dos embarques e desembarques das balsas que atravessam o Rio São Francisco, em que faz divisa com o estado de Alagoas, indo em direção à cidade Pão de Açúcar, que está ao norte (Figura 6) e a qual os moradores de Mocambo utilizam como referência urbana para fazer a feira, mercado, resolver pendências, dentre outros (MELLO, 2009).

Figura 6 - Localização da comunidade Mocambo



Fonte: Carvalho (2018)

Mocambo está a cerca de 185km de Aracaju, em uma região conhecida como Alto Sertão sergipano. Sua vegetação predominante é a caatinga e o clima que predomina é o semiárido (SILVA, 2017). A comunidade possui 182 famílias cadastradas no INCRA e 2.100 hectares, que também incluem uma área menor, conhecida como Ranchinho, distante cerca de 5 km a oeste, nas margens da rodovia e que não é banhada pelo Rio São Francisco, além de se constituírem como um grupo que mantém laços familiares (FEITOSA, 2021).

O território indígena dos Xocós, localizado na Ilha de São Pedro, é vizinho de Mocambo, e com quem possui graus de parentesco e grande relação de luta e união. Isto porque ambos lutaram contra fazendeiros e políticos de uma mesma família, “Os Britos” (CARVALHO, 2016). O conflito entre os Xocós e os Britos iniciou-se em 1970, tendo o seu território reconhecido em 1980. Com isso, a disputa por Mocambo aconteceu no ano seguinte. No entanto, em 1992, os mocambeiros foram expulsos de forma violenta. A partir de então, Mocambo com a ajuda dos índios Xocós, iniciou a luta pelo reconhecimento do território (ARRUTI, 2016).

Em 1993, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi acionado para transferir a disputa para autoridades federais. No ano seguinte, essa luta ganhou reconhecimento e apoiadores como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) acionaram a Fundação Cultural de Palmares para reivindicar os 2.100 hectares pertencentes ao território de Mocambo (LACERDA; SILVA, 2016; LACERDA; MENDES, 2018).

Em 1995, houve a criação da Associação Comunitária Remanescente do Quilombo Mocambo. No entanto, somente em 27 de Maio de 1997 Mocambo teve seu território reconhecido, sendo a primeira comunidade quilombola reconhecida do estado de Sergipe. Em 2000, Mocambo conquistou a titulação de suas terras (MELLO, 2009).

Como forma de celebração dos laços e de sua luta pelo território, Mocambo comemora no mês de maio a festa da padroeira Santa Cruz, que dura cerca de 5 a 10 dias e é motivo de orgulho e representatividade para a comunidade, principalmente por ser feita por parentes e unir aqueles que estão morando fora. Sendo assim, a principal religião é a católica. Além disso, nesse mesmo mês a comunidade celebra com muita alegria o seu reconhecimento, no dia 27 de Maio, e une toda comunidade de Mocambo e Ranchinho, comunidade escolar, e até mesmo a presença de membros de Universidades (SANTOS, 2014).

Outra manifestação cultural deste quilombo é o samba de coco, importante na construção da autoimagem e identidade da comunidade, expressando-se através de um tipo de música, de uma forma de dança e em contextos específicos. A história do samba de coco remete aos trabalhos coletivos que eram realizados nas lagoas de arroz à beira do rio São Francisco,

fosse para limpar os terrenos (através de trabalho masculino), fosse para a fase da colheita (marcado pelo trabalho feminino) representando um trabalho coletivo, bem como de comemoração (MELLO, 2009).

O samba de coco é marcado por palmas, o barulho dos pés descalços sobre o chão e um pandeiro. É considerado saúde, resistência e um ritual de cura para a comunidade (ARRUTI, 2016), como expresso no seguinte verso “Ô negro, vamo tirá coco no coqueiro do sertão, quem não aguenta tirá coco, não aguenta a luta não” ou “Se a polícia vinhé, que nós faz? morre tudo na bala, ninguém sai, ninguém sai, ninguém sai, morre tudo na bala, ninguém sai” (CARVALHO, 2016).

A literatura de cordel, escrita por um quilombola e morador de Mocambo, chamado Joel Gonzaga, também remete à luta e à resistência do seu povo nos seguintes trechos: “(...) Maripaulo muito batalhou, muito obstáculo ele enfrentou, para essas terras conquistar. Seu Antônio, Miguel Couto, Joca boi, Júlio Marcos, Messias e Edinho, Maria das Virgens, Gorete, Dedé boi, Paulomari, Canai e Mazinho, na luta todos foram importantes, lutaram feito gigante, para abrir outros caminhos(...)”

Os domicílios situados na área de Mocambo possuem água encanada, energia elétrica, ruas calçadas, o lixo é coletado toda sexta-feira, as casas são de alvenaria (bloco/tijolo), a cobertura da casa são de telha, mas em contrapartida não tem rede de esgoto. Na área de Ranchinho, grande parte das casas é abastecida por cisternas ou carro pipa, o lixo é queimado ou aterrado em algumas delas (as que estão mais distantes), ainda existem casas com uma parte de taipa no local e não possui rede de esgoto (SANTOS, 2014).

As famílias costumam criar galinhas, porcos, gado e cultivam hortas. O uso da terra para plantação acontece predominantemente na “roça” sendo plantado, principalmente, milho em que grande parte é utilizado para consumo próprio. Há um grande número de jovens saindo para trabalhar nos centros urbanos e maior parte das famílias dessa comunidade sobrevivem do auxílio do bolsa família (CARVALHO, 2016).

A comunidade possui um colégio estadual (Figura 7), Escola Estadual 27 de Maio, que oferta o ensino médio e fundamental em tempo integral e atende tanto alunos quilombolas quanto não quilombolas. Entretanto, a maioria dos professores e colaboradores não são quilombolas, os materiais didáticos também não são específicos sobre a história dos quilombos, resistência e da própria comunidade. O fornecimento da alimentação escolar é irregular e pouco diversificado, sendo constituído basicamente de arroz e frango, não respeitando a diversidade cultural e os hábitos alimentares da comunidade (FEITOSA, 2021).

Figura 7 - Colégio da comunidade de Mocambo



Fonte: Própria Autora

A Unidade Básica de Saúde (UBS) não apresenta boas condições, além de que nenhum dos profissionais é quilombola e a equipe de saúde não faz visitas e atendimentos regularmente, o que leva os moradores a se deslocarem até outras cidades da região como Pão de Açúcar/AL e Nossa Senhora da Glória/SE (FEITOSA, 2021). Um estudo que avaliou a prevalência da Hipertensão Arterial nas comunidades quilombolas do estado de Sergipe, observou que 26% desses territórios apresentaram hipertensão, o que foi considerado prevalência alta diante da comparação com as estimativas da população total, que foi de 20,4% (SANTOS, 2019).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar e comparar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de uma comunidade quilombola titulada do estado de Sergipe no período entre 2011 e 2022, a partir das dimensões de produção, acesso e consumo de alimentos.

.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterizar a comunidade estudada segundo variáveis demográficas, econômicas e sociais nos anos de 2011 e 2022;

Descrever e comparar a produção, disponibilidade de alimentos e prevalência de IA nos anos de 2011 e 2022;

Descrever o consumo alimentar dos quilombolas no ano de 2022;

Discutir os resultados sob a perspectiva do cenário nacional e políticas públicas do período analisado.

4 METODOLOGIA

4.1 Contextualização

O estudo faz parte de uma pesquisa maior, realizada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE). Os CECANEs são órgãos parceiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem como intuito colaborar e aprimorar a gestão e execução de ações de interesse e necessidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tendo como objetivo prestar assessoria científica, técnica e operacional ao FNDE, estados e municípios quanto à qualificação e execução do PNAE, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Têm como missão constituir um espaço referencial de fomento, exigibilidade e realização do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável no ambiente escolar (SOUZA et al., 2013).

A presente pesquisa faz parte de um dos produtos desenvolvidos pelo CECANE/UFS em 2022, intitulado “Fomento à inserção da agricultura familiar, empreendedor familiar rural e suas organizações no PNAE”, especificamente nas comunidades tituladas de Sergipe, tendo com objetivos: mapear as comunidades tradicionais quilombolas tituladas do estado de Sergipe; diagnosticar o grau de Insegurança Alimentar nos domicílios das comunidades tradicionais quilombolas tituladas de Sergipe. investigar junto às comunidades tradicionais quilombolas quais as limitações para a participação nas Chamadas Públicas (CP) do PNAE; realizar oficinas de capacitação para a participação de comunidades tradicionais quilombolas nas chamadas públicas do PNAE.

4.2 Delineamento do estudo:

Trata-se de um estudo ecológico que utilizou dados secundários da pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”, referente ao ano de 2011, e dados primários coletados na mesma comunidade no período de 2022, em que replicou-se os instrumentos de coleta semelhante aos de 2011.

4.3 Local de realização da pesquisa:

Mocambo é uma das quatro comunidades tituladas no estado de Sergipe, as quais foram selecionadas no âmbito de um projeto do CECANE/UFS. No entanto, diante das dificuldades

de acesso nas comunidades, distância entre as residências e período de tempo para a coleta, a aplicação dos questionários foi realizada somente na comunidade Mocambo, única titulada no período da pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” em 2011, sendo selecionada para a realização do estudo comparativo.

4.4 População estudada:

A amostra de 2022 foi calculada considerando-se prevalência de insegurança alimentar de 95% observada na pesquisa de 2011, e partiu de uma lista com um universo de 182 famílias cadastradas pelo INCRA até a última atualização (2019) e disponibilizada pelas lideranças da comunidade. Para o cálculo utilizou-se a ferramenta criada por Lauris (2023), adotando erro de 5% para as estimativas de proporções com intervalo de confiança de 95%. Deste modo, chegou-se a um tamanho amostral de 53 famílias e que foram sorteadas a partir do cálculo do passo amostral (dividindo-se o universo de 182 famílias por 53). Assim, o passo amostral calculado foi igual a 3,4, sendo arredondado para três. Com a lista ordenada, sorteou-se aleatoriamente a primeira família, sendo que as 52 famílias subsequentes foram sorteadas sistematicamente aplicando-se o passo amostral de 3 em 3. As famílias sorteadas foram sinalizadas como titulares da amostra. As famílias imediatamente antes ou depois da família titular na lista foram sinalizadas como substitutas, seguindo os mesmos critérios de exclusão aplicados às titulares., através de uma estratégia chamada de “pêndulo”. Caso nenhuma dessas famílias se enquadrassem nos critérios de inclusão na amostra, passava-se para outro titular e seus devidos substitutos. O presente estudo avaliou 55 famílias/domicílios

4.5 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos membros da comunidade titulada que se consideraram a pessoa de referência (chefe da família), quilombola, maior de 18 anos e que estavam no sorteio. Foram excluídos aqueles que não moravam no território, não estavam em casa ou moravam com algum familiar que já havia sido entrevistado.

4.6 Estudo piloto

O instrumental de campo foi pré- testado em outra comunidade titulada, conhecida como Fazenda Pirangi, situada no município de Capela/SE. Anteriormente à coleta, a equipe de entrevistadores passou por um treinamento.

4.7 Procedimento da pesquisa

Foi aplicado um questionário junto à pessoa de referência, individualmente, em cada domicílio, com duração de cerca de 30 minutos. O instrumental de campo foi baseado nos formulários aplicados no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) realizado pela Rede PENSSAN e também na pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2011. O questionário (ver Apêndice A) foi dividido em blocos, sendo: Bloco A – Caracterização do entrevistado; Bloco B – Caracterização do domicílio; Bloco C – Acesso a políticas e programas sociais; Bloco D – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA); Bloco E – Produção para consumo domiciliar e disponibilidade dos alimentos no domicílio; e Bloco F – Consumo alimentar do entrevistado, baseado nos marcadores de consumo alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Para a avaliação da IA (Bloco D), procedeu-se a avaliação do grau de Insegurança Alimentar (IA) pela aplicação da EBIA (SAGI, 2014). Trata-se de uma escala psicométrica, oriunda dos Estados Unidos da América, adaptada para a realidade nacional e validada pela comunidade científica (SEGALL- CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional – acesso à alimentação - em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome (SEGALL- CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

Ressalta-se que a EBIA é um método quantitativo que mede um fenômeno de natureza social, portanto, estudos qualitativos complementares podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada da situação de IA das famílias (SEGALL- CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). No entanto, uma limitação é o constrangimento do entrevistado em relação às informações referentes à renda, principalmente quando baixa, e do acesso ao alimento, especialmente quando há a falta deste, bem como o receio de responder às perguntas formuladas por achar ser investigação do governo e, assim, perder algum benefício de programa social (mesmo com todas informações dadas) (SCHOTT et al., 2020).

A EBIA (Quadro 5) adotada atualmente é composta de 14 questões conforme descritas abaixo (SAGI, 2014). A partir das respostas às questões elencadas, adotou-se uma escala de pontuação (Tabela 3), aplicada no domicílio para categorizar a (in)segurança alimentar das famílias entrevistadas (SAGI, 2014):

Quadro 5 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

ESCALA EBIA
1 – Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2- Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3- Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4- Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9- Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11- Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Tabela 3 - Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
SA	0	0
IL	1-5	1-3
IM	6-9	4-5
IG	10-14	6-8

Legenda: SA: Segurança Alimentar; IL: Insegurança Alimentar Leve; IM: Insegurança Alimentar Moderada; IG: Insegurança Alimentar Grave.

4.8 Pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”

A pesquisa de “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” realizada pela Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS) com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Ministério da Saúde (MS), a FCP e o INCRA, foi executada e conduzida pelo Núcleo de Pesquisas, informações e políticas públicas da Universidade Federal do Fluminense (DataUFF) da Fundação Euclides da Cunha (FEC).

O estudo transversal foi realizado em 169 comunidades quilombolas, tendo como público alvo famílias quilombolas residentes em territórios titulados entre 1995 e 2009, alcançando 97 territórios localizados e distribuídos em 55 municípios e 14 unidades de federação (estados) em todas as regiões brasileiras, totalizando 9.191 questionários aplicados e validados, sendo realizada no período entre abril a novembro de 2011. Na comunidade de Mocambo (SE) foram avaliadas 107 famílias/domicílios.

A pesquisa de 2011 teve como objetivo avaliar o perfil nutricional das crianças menores de 5 anos de idade; avaliar a situação de segurança alimentar e nutricional das famílias; avaliar o acesso das famílias a serviços, benefícios e programas governamentais e descrever o perfil socioeconômico das comunidades. Para isso, foram utilizados três instrumentos, sendo dois deles dispostos no questionário para os domicílios em duas seções distintas e o outro disposto em um questionário para lideranças.

A 1ª seção (A) continha variáveis domiciliares: caracterização do domicílio, socioeconômica dos residentes, acesso a bens e serviços públicos, caracterização da

alimentação e segurança alimentar através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e, por fim, a produção, renda familiar, trabalho e rendimento dos moradores. A 2ª seção (B) tratou dos dados sobre as crianças, eventos de saúde, consumo alimentar e as medidas antropométricas.

O segundo instrumento foi outro questionário estruturado, mas aplicado às lideranças para identificação da comunidade, caracterização da produção coletiva, acesso às políticas e programas governamentais, organização e mobilização social, além de uma ficha de equipamentos públicos para catalogar escolas, posto de saúde. Assim, obtiveram-se as variáveis de tipo de equipamentos e condições, disponibilidade de uso e número de atendimentos, lembrando que as lideranças comunitárias indicavam quais domicílios que compunham a comunidade. Além disso, foi feito um pré-teste em comunidades não tituladas.

4.9 Análise estatística:

A tabulação foi realizada adotando-se o Microsoft Excel 2016. Foram utilizadas análises descritivas com medidas de tendência central para as variáveis contínuas e frequência absoluta e relativa para as categóricas. Para a comparação entre os dados de 2011 e 2022 foi utilizado o teste Qui - Quadrado e o teste exato de Fisher em substituição ao Qui- Quadrado, caso n menor que cinco em alguma casela. Para a comparação dos postos médios em variáveis quantitativas com distribuição assimétrica, utilizou-se o teste U de Mann Whitney. As variáveis “tipo de combustível usado para cozinhar” e “forma de abastecimento de água” foram perguntadas de formas diferentes em 2011 e 2022 (separadamente e múltipla escolha, respectivamente). No tratamento dos dados, as variáveis de múltipla escolha foram trabalhadas como variável Dummy, sendo aplicado o teste de Qui-Quadrado para cada categoria para verificação de associação considerando ambos os anos avaliados. O nível descritivo adotado dos testes estatísticos foi de 5% e o software utilizado foi o SPSS versão 28.0. As variáveis do estudo podem ser visualizadas no Apêndice B.

4.10 Devolutiva

Após a coleta de dados, a comunidade foi revisitada para que a devolutiva das ações da pesquisa fosse realizada. Inicialmente, os indivíduos foram divididos em grupos e cada um ficou com imagens que representavam o que seria a SA e a IA leve, moderada e grave.

Posteriormente, já com o entendimento do significado de cada termo, os resultados foram anotados no quadro e apresentados. A devolutiva ocorreu no colégio da comunidade, estavam presentes estudantes, professores, diretor e representante da comunidade. Os demais moradores da comunidade foram comunicados e convidados, mas não compareceram. Foi entregue um relatório à presidente da associação da comunidade com os resultados do diagnóstico situacional da IA na comunidade.

4.11 Aspectos éticos

Em acato a Resoluções CNS nº 510 de 2016 e 466 de 2012 e à Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, o presente estudo foi submetido e iniciado mediante parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe sob nº do Parecer 5.597.177 (ver Anexo A) e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do membro da família (ver Apêndice C).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 4 mostra que, na pesquisa de 2011 foram avaliados 107 domicílios e o estudo de 2022 alcançou 55 residências. Em ambos os anos, grande parte dos que se consideravam chefe da família (pessoa de referência) era do sexo feminino, 72% (n=77) em 2011 e 78,2% (n=43) em 2022, respectivamente. Quanto ao estado civil, o casamento no civil e religioso predominou nos dois estudos com 50% e 34,5%, respectivamente, mas em 2022 também foram obtidos resultados consideráveis na união consensual (29,1%), solteiro(a) (14,5%) e viúvo (a) (10,9%). Além disso, em 2011 e em 2022 72% e 58,2%, respectivamente, não estavam trabalhando e 86,9 e 98,2% não estavam estudando.

Tabela 4 - Distribuição das pessoas de referência de domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo características sociodemográficas, no período de 2011 a 2022.

Variáveis	2011		2022		(Continua) Valor p ¹
	n	%	n	%	
Gênero/sexo					
Feminino	77	72	43	78,2	0,392
Masculino	30	28	12	21,8	
Total	107	100	55	100	
Escolaridade					
Ensino básico	4	3,7	0	-	<0,001
Analfabeto/nunca estudou	15	14,0	3	5,5	
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	51	47,7	20	36,5	
Ensino fundamental (1º grau) completo	3	2,8	6	10,9	
Ensino médio (2º grau) incompleto	13	12,1	1	1,8	
Ensino médio (2º grau) completo	17	15,9	22	40	
Ensino superior (graduação) incompleto	3	2,8	1	1,8	
Ensino superior (graduação) completo	1	1	2	3,6	
Total	107	100	55	100	
Cor / Raça					
Branca	1	0,9	0	-	0,506
Preta	74	69,2	41	74,5	
Parda	28	26,2	12	21,8	
Indígena	0	-	1	1,8	
NS/NR	4	3,7	1	1,8	
Total	107	100	55	100	
Estado civil					
Casado no civil e religioso	53	49,8	19	34,5	0,042
Casado somente o civil	5	4,6	1	1,8	
Casado somente no religioso	8	7,4	0	0,0	
União consensual/mora com companheiro (a)	25	23,5	16	29,1	
Divorciado (a)	2	1,8	2	3,6	
Solteiro (a)	4	3,7	8	14,5	
Desquitado (a) ou separado judicialmente	1	0,9	0	0,0	
Viúvo (a)	8	7,4	6	10,9	
Valores omissos	1	0,9	3	5,6	
Total	107	100	55	100	
O(a) senhor(a) está trabalhando?					
Sim	11	10,3	13	23,6	0,067
Não	77	72,0	32	58,2	
Não, é aposentado(a)	19	17,8	10	18,2	
Total	107	100	55	100	

Variáveis	2011		2022		(Conclusão) Valor p^1
	n	%	n	%	
O(a) senhor(a) está frequentando escola ou creche?					
Sim	14	13,1	1	1,8	0,019
Não	93	86,9	54	98,2	
Total	107	100	55	100	

¹ Valor de p para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância $<0,05$

Legenda: NS/NR – Não sabe/Não responde

A escolaridade foi significativa na presente tabela ($p<0,05$; tabela 4), nesse caso observou-se melhoria em relação ao período de 2011, sendo que em 2022 as pessoas de referência apresentaram menor percentual no ensino fundamental (1º grau) incompleto (passando de 47,7% para 36,5%) e maior proporção com ensino médio completo.

Tabela 5 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo condições de moradia, no período de 2011 a 2022.

Variáveis	2011		2022		(Continua) Valor p^1
	n	%	n	%	
Forma de iluminação da casa:					
Elétrica (de rede, gerador, solar)	104	98	55	100	0,468
Outra	2	2	0	-	
Total	106	100	55	100	
NS/NR	1	-	0	-	
O lixo da casa é:					
Coletado diretamente	70	65,4	47	85,5	0,069
Coletado indiretamente (ex: caçamba)	3	2,7	2	3,6	
Queimado ou aterrado na propriedade	32	29,9	6	10,9	
Jogado em terreno baldio ou logradouro	1	1	0	0,0	
Jogado em rio, lago ou mar	1	1	0	0,0	
Total	107	100	55	100	
Tipo de combustível usado para cozinhar **					
Eletricidade	2	1,9	0	-	0,308
Gás de botijão	62	57,9	53	96,4	<0,001
Lenha ou carvão	43	40,2	29	52,7	
Total	107	100	*	*	0,128
Para onde vai o esgoto da casa?					
Rede pública	0	-	1	1,8	0,010
Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	64	59,8	45	81,8	
Fossa rudimentar (poço, buraco)	38	35,5	7	12,7	
Vala/céu aberto	5	4,7	2	3,6	
Total	107	100	55	100	
Forma de abastecimento de água no domicílio**					
Rede pública de distribuição	71	66,4	41	74,5	0,285
Cisterna com captação de água de chuva	31	29,0	12	21,8	0,329
Carro pipa	4	3,7	7	12,7	0,031
Bica pública	0	-	1	1,8	
Rio, açude, lago	1	0,9	0	-	0,472
Total	107	100	*	*	
A água de beber da família é tratada na casa?					
Sim	41	38,3	39	70,9	<0,001
Não	64	59,8	15	27,3	
NS/NR	2	1,9	1	1,8	
Total	107	100	55	100	

					(Conclusão)
Variáveis	2011		2022		Valor p ¹
	n	%	n	%	
Qual o tratamento da água de beber da família?					
Filtrada	4	9,8	16	42,1	<0,001
Tratada com cloro/hipoclorito	37	90,2	23	57,9	
Total	41	100	39	100	
Material utilizado na cobertura da casa					
Telha	106	99,1	55	100	0,472
Palha	1	0,9	0	-	
Total	107	100	55	100	
Material utilizado nas paredes externas da casa					
Alvenaria	104	98,1	54	98,2	0,976
Barro/argila	2	1,9	1	1,8	
Total	106	100	55	100	
NS/NR	1	-	0	-	
Material utilizado no piso da casa					
Terra batida	1	0,9	1	1,8	<0,001
Cimento ou concreto	100	93,5	23	41,8	
Cerâmica ou lajota	6	5,6	31	56,4	
Total	107	100	55	100	
Esta casa é:					
Própria - já paga	92	86,0	49	89,1	0,830
Própria - ainda pagando	2	1,9	0	-	
Alugada	2	1,9	1	1,8	
Cedida	10	9,3	4	7,3	
NS/NR	1	0,9	1	0,9	
Total	107	100	55	100	
Na casa existe banheiro (com vaso e descarga)?					
Sim	71	66,4	44	80,0	0,171
Não	35	32,7	11	20,0	
NS/NR	1	0,9	0	-	
Total	107	100	55	100	

* O n variou de acordo com os dados válidos disponíveis

** Pergunta permitia mais de uma resposta. Os valores de porcentagem se referem às respostas afirmativas. Todas as opções de resposta foram analisadas como variáveis Dummy

¹ Valor de *p* para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância <0,05

Legenda: NS/NR – Não sabe/Não responde

Tratando-se da caracterização dos domicílios, a análise dos dados apontou que a energia elétrica alcançou 100% dos domicílios em 2022, quando comparado com 2011. Em ambas pesquisas, a maior parte do lixo era coletada diretamente (65,4% em 2011 e 85,5% no ano de 2022), tendo sido observada melhoria nas condições de acesso a esses serviços, com redução da proporção de domicílios cuja destinação do lixo estava inadequada. No entanto, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas no período (Tabela 5).

Quanto ao tipo de combustível utilizado para cozinhar, em 2011 mais da metade das residências utilizaram gás de botijão ($p < 0,05$; 57,9%) e 40,2% lenha ou carvão. Em 2022, o questionário considerou essa pergunta como múltipla escolha, o que resultou em: ($p < 0,05$; 96,4%) dos domicílios que utilizavam o gás de botijão e 52,7% a lenha ou carvão (Tabela 5).

No que tange à rede de esgoto, é possível observar melhoria significativa no período entre 2011 e 2022 ($p < 0,05$). Embora cerca de 16% dos domicílios em 2022 ainda apresentassem

condições inadequadas de escoamento do esgoto sanitário, nota-se maior proporção daqueles que apresentaram fossa séptica ligada à rede coletora. (Tabela 5).

Já em relação à forma de abastecimento de água, prevaleceu a rede pública de distribuição, com aumento na cobertura observada no ano de 2022. No entanto, observa-se maior porcentagem de domicílios que recebem água de carros pipa atualmente. Vale ressaltar que, as casas em que o lixo era aterrado/queimado e que eram abastecidas através de cisternas ou caminhão pipa estavam localizadas no povoado de Ranchinho.

O aumento na proporção de domicílios que tratavam a água para beber mostrou-se estatisticamente significativo em 2022, passando de 38,3% em 2011 para 70,9%. Também se nota aumento no tratamento por filtração.

Quanto ao material utilizado na casa, somente o material utilizado no piso da casa apresentou melhora estatisticamente significativa no período analisado, sendo que a proporção de domicílios com acabamento em cerâmica ou lajota (pisos mais adequados) passou de 5,6% em 2011 para 56,4% em 2022 (Tabela 5).

Tabela 6 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo o acesso a programas sociais, no período de 2011 a 2022.

Variáveis	2011		2011		2022		2022		Valor p¹
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não			
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Algum morador desta casa já foi cadastrado no cadastro único do governo federal?	77	72,0	30	28,0	49	89,1	6	10,9	0,013
Algum morador desta casa tem acesso a alguma destas política, programa ou serviço?									
Cisternas com captação de água da chuva pelo telhado	31	29,0	76	71	13	23,6	42	76,4	0,470
Cesta de alimentos (não integrada ao salário ou rendimento)	63	58,9	44	41,1	0	-	55	100,0	<0,001
Leite fome zero - PAA leite	41	38,3	66	61,7	0	-	55	100,0	<0,001
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*	5	4,7	101	94,4	17	30,9	38	69,1	<0,001
Programa minha casa, minha vida ou outros programas habitacionais *	13	12,3	93	87,7	26	47,3	29	52,7	<0,001
Programa Bolsa família	73	68,2	34	31,8	41	74,5	14	25,5	0,404
Garantia Safra*	34	33,0	69	67,0	38	69,1	17	30,9	<0,001
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) **	-	-	-	-	9	16,4	45	81,8	
Outros **	-	-	-	-	6	10,9	41	74,5	

* O n variou de acordo com os dados válidos disponíveis

** Variável incluída apenas na pesquisa de 2022

¹ Valor de p para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância <0,05

Em relação ao acesso a políticas públicas, a proporção de domicílios com algum

morador no CadÚnico foi maior no ano de 2022 ($p < 0,05$; tabela 6), o que pode estar associado à conjuntura política, econômica e epidemiológica naquele momento, em que parcelas consideráveis da população se vulnerabilizaram necessitando de maior suporte do Estado. O mesmo poderia depreender-se da proporção seis vezes maior de domicílios cujo algum morador acessa o CRAS no mesmo ano ($p < 0,05$; tabela 6).

Outro aspecto importante de ser observado é a proporção quase quatro vezes maior de domicílios com moradores que conseguiram acessar o programa Minha Casa, Minha Vida em 2022 ($p < 0,05$; tabela 6), o que pode estar refletido na melhoria das condições de moradia e acesso a serviços básicos observada e discutida anteriormente.

Observou-se que os programas de cesta de alimentos e Leite fome zero -PAA leite não foram mencionados por nenhum entrevistado em 2022. É interessante problematizar o sentido da palavra “desmonte”, que no Brasil tem sido utilizada como forma de diminuição, remoção ou até mesmo substituição de programas, serviços e ações de políticas públicas. Um exemplo disto foi o PAA, que a partir de 2016 sofreu cortes orçamentários e, em 2021, foi revogado e substituído pelo Programa Alimenta Brasil (GOMILDE; SILVA; LEOPOLDI, 2023).

Vale ressaltar o desmonte das políticas públicas que ocorreu a partir de 2016 e que foi acentuado no período da pandemia de COVID-19, apresentou um recorte social em que retrata as desigualdades relacionadas ao grau de escolaridade, à raça/cor da pele, gênero, dentre outros determinantes (REDE PENSSAN, 2022).

Tabela 7 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo produção de alimento e criação de animal para consumo próprio, no período de 2011 a 2022.

(Continua)									
Variáveis	2011				2022				Valor <i>p</i> ¹
	Sim		Não		Sim		Não		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Algum morador desta casa produz ou coleta algum desses alimentos para consumo próprio?									
Frutas	46	43,0	61	57,0	16	29,1	39	70,9	0,085
Verduras*	10	9,4	96	90,6	15	27,3	40	72,7	0,003
Legumes (batata, cenoura, abóbora, etc)	32	29,9	75	70,1	10	18,2	45	81,8	0,107
Grãos (café, feijão, milho, etc)	96	89,7	11	10,3	35	63,6	20	36,4	<0,001
Ervas medicinais e temperos	21	19,6	86	80,4	23	41,8	32	58,2	0,003
Castanha e coco	5	4,7	102	95,3	9	16,4	46	83,6	0,012
Algum morador desta casa cria algum desses animais para consumo próprio?									
Porco	40	37,4	67	62,6	17	30,9	38	69,1	0,414
Galinha	63	58,9	44	41,1	36	65,5	19	34,5	0,416
Cabra/bode	5	4,7	102	95,3	12	21,8	43	78,2	<0,001

(Conclusão)

Variáveis	2011				2022				Valor <i>p</i> ¹
	Sim		Não		Sim		Não		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Vaca/boi	59	55,1	48	44,9	22	40,0	33	60,0	0,068
Pesca	34	31,8	73	68,2	18	32,7	37	67,3	0,902
Caça	12	11,2	95	88,8	2	3,6	53	96,4	0,104

* O n variou de acordo com os dados válidos disponíveis

¹ Valor de p para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância $<0,05$

Pode-se perceber que, em relação aos alimentos produzidos para consumo próprio, no ano de 2022 maior proporção de pessoas de referência referiu produzir verduras, ervas medicinais, castanha, além da criação de caprinos, em relação ao ano de 2011. Um decréscimo foi observado para o grupo dos grãos ($p<0,05$; tabela 7).

Tabela 8 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo a disponibilidade de alimentos na semana anterior à entrevista, no período de 2011 a 2022.

(Continua)

Variáveis	2011				2022				Valor <i>p</i> ¹
	Sim		Não		Sim		Não		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Feijão/ Fava*	102	95,3	4	3,7	53	96,4	2	3,6	0,965
Arroz/ farinha de arroz*	106	99,1	0	-	54	98,2	1	1,8	0,164
Beiju / tapioca / farinha de mandioca/ mandioca / aipim / macaxeira*	73	68,2	33	30,8	33	60,0	22	40,0	0,260
Milho/fubá/cuscuz/farinha de milho*	86	80,4	20	18,7	54	98,2	1	1,8	0,002
Batata, inhame, mandioquinha*	29	27,1	77	72,0	28	50,9	27	49,1	0,003
Carne de vaca, bode, cabra, porco, frango, galinha, pato, peru etc. *	97	90,7	9	8,4	52	94,5	3	5,5	0,487
Charque (carne de sol, carne seca) *	21	19,6	85	79,4	6	10,9	49	89,1	0,152
Peixe*	66	61,7	40	37,4	44	80,0	11	20,0	0,022
Macarrão/farinha de trigo*	85	79,4	21	19,6	44	80,0	11	20,0	0,977
Ovos*	79	73,8	27	25,2	49	89,1	6	10,9	0,030
Verduras (alface, couve, rúcula, etc.) *	79	73,8	27	25,2	39	70,9	15	27,3	0,361
Legumes (cenoura, beterraba, berijela etc.) *	68	63,6	38	35,5	41	74,5	14	25,5	0,181
Café*	98	91,6	8	7,5	52	94,5	3	5,5	0,618
Açaí*	4	3,7	102	95,3	5	9,1	50	90,9	0,164
Frutas in natura*	75	70,1	31	29,0	45	81,8	10	18,2	0,126
Suco natural de frutas*	51	47,7	55	51,4	31	56,4	24	43,6	0,321

(Conclusão)									
Variáveis	2011				2022				Valor <i>p</i> ¹
	Sim		Não		Sim		Não		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Refrigerante ou suco em pó*	60	56,1	46	43,0	30	54,5	25	45,5	0,803
Leite e derivados (queijo, requeijão, coalhada, iogurte etc.) *	94	87,9	12	11,2	40	72,7	15	27,3	0,010
Bebidas alcoólicas (cerveja...) *	6	5,6	100	93,5	7	12,7	48	87,3	0,119
Castanhas, cocos, amendoim*	9	8,4	97	90,7	13	23,6	42	76,4	0,008
Açúcar, mel, rapadura, (para adoçar) *	106	99,1	0	-	49	89,1	6	10,9	<0,001
Banha de porco/manteiga/margarina*	102	95,3	4	3,7	47	85,5	8	14,5	0,014
Doces, balas, pirulitos, sorvete, gelatina industriaizada*	38	35,5	68	63,6	17	30,9	38	69,1	0,531
Salgadinho de pacote *	21	19,6	85	79,4	19	34,5	36	65,5	0,040
Carnes enlatadas (sardinha, carne delata, salsicha, atum etc.) e embutidos (salsicha, mortadela, presunto etc.) *	40	37,4	66	61,7	32	58,2	22	40,0	0,014
Achocolatados (toddy, nescau, todinho etc.) *	39	36,4	67	62,6	17	30,9	37	67,3	0,304
Biscoitos, bolos, bolachas industrializadas*	84	78,5	22	20,6	46	83,6	8	14,5	0,251
Enlatados (milho, ervilha etc.) *	34	31,8	72	67,3	8	14,5	45	81,8	0,011

* O n variou de acordo com os dados válidos disponíveis

¹ Valor de p para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância <0,05

Na tabela 8 é apresentada a distribuição dos domicílios em relação aos alimentos disponíveis na semana anterior à entrevista. A proporção de domicílios que apresentaram alimentos provenientes do milho foi significativamente maior em 2022, assim como para raízes como batata, inhame, mandioquinha e para os grupos dos peixes, ovos e castanhas ($p < 0,05$). Alimentos ultraprocessados como salgadinhos e embutidos também estiveram mais presentes nos domicílios em 2022 ($p < 0,05$), o que mostra um aspecto negativo na alimentação da comunidade. Durante a pandemia de COVID-19 houve a elevação do preço de diversos alimentos básicos no padrão alimentar brasileiro, dentre eles a carne, arroz e feijão, fazendo com que o poder de compra da população caísse, fomentando a aquisição de alimentos ultraprocessados de pior qualidade nutricional e menor preço, como os embutidos (REDE PENSSAN, 2022).

A pesquisa VIGISAN observou mudanças na compra de alimentos básicos pelas famílias e sua relação com a SA/IA das mesmas, de modo que mais da metade dos domicílios que reduziram a compra desses alimentos apresentaram IAMG. Quando analisada a IAMG nas

residências que não tinham comprado tais alimentos nos últimos três meses antes da entrevista, obteve-se que as famílias que não compraram carne (70,4%), vegetais (63,6%) e frutas (64,0%) foram as que mais apresentaram a forma mais severa da IA, a fome (REDE PENSSAN, 2022).

Outro estudo verificou que, entre 2019 e 2021 e entre 2020 e 2021 houve uma redução significativa no consumo de alimentos básicos como cereais, hortaliças e frutas, mas também do suco de fruta industrializado e aumento no consumo de refrigerante, embutidos, margarina, bolacha recheada e molhos industrializados durante a pandemia de COVID-19 no Brasil (ANDRADE et al., 2023).

Barbosa et al. (2023), que avaliou o consumo de alimentos ultraprocessados e Síndrome Metabólica (SM) em comunidade quilombolas de Alagoas, mostrou que dentre os 23 subgrupos alimentares analisados, os cinco mais consumidos foram: salgadinhos embalados ou biscoitos salgados (26,0%), margarina (20,2%), biscoitos doces com ou sem recheio (16,5%), mistura para bebidas em pó (14,5%) e pães como cachorro-quente ou de hambúrguer (13,6%).

Acredita-se que, o consumo de ultraprocessados nesses locais tenha sofrido influência do meio midiático que, atualmente, tem se utilizado de propagandas que atingem os diversos segmentos da sociedade. Além disso, a própria facilidade do consumo, garantida pelos menores preços e a facilidade de compra desses alimentos nesses locais, somado à baixa escolaridade e baixo conhecimento e entendimento do que é saudável, podem ter relação no elevado consumo e disponibilidade desses alimentos (BRASIL, 2014).

Tais fatores culminam em uma sobreposição de vulnerabilidades, uma vez que as pessoas sofrem com a insegurança alimentar não apenas pela falta de acesso, mas pela baixa qualidade do que comem e passam a desenvolver outros problemas de saúde, como as DCNT. Adicionalmente, tal parcela da população sequer terá acesso adequado aos serviços públicos para tratar estas condições, corroborando com o conceito de *nutricídio* ou *genocídio alimentar*, que retrata a vulnerabilidade alimentar e sanitária da população negra e mostra como esses indivíduos, desde o período colonial, sofrem com o acesso a uma alimentação de má qualidade, a exemplo de defensivos agrícolas e de ultraprocessados por serem mais baratos (SOUZA et al., 2023).

Isto é, essa população é levada a fazer escolhas alimentares “menos saudáveis” diante do seu baixo custo, até mesmo pela escassez de recursos e políticas públicas voltadas a esse grupo específico. Dessa forma, o *nutricídio* está cada vez mais presente no cotidiano dessas pessoas, atuando de forma silenciosa, mas ao mesmo tempo gritante, principalmente no período pós -pandemia de COVID-19 e pós desmonte de políticas públicas, o que intensificou o

aumento da IA nesses territórios vulneráveis e no aparecimento de doenças crônicas como a obesidade, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), dentre outros (SILVA; SANTOS, 2022).

Ademais, possivelmente o aumento na disponibilidade de peixes pode estar associado ao encarecimento dos alimentos fonte de proteína animal para aquisição durante a pandemia, lembrando que a comunidade estudada localiza-se às margens do Rio São Francisco. No entanto, apesar desta facilidade, observa-se que a carne bovina prevalece dentre os alimentos de origem animal disponíveis nos domicílios.

Quanto às frutas e hortaliças, verificou-se que a disponibilidade desses alimentos continuou semelhante e alcançando mais de 70% dos domicílios. O refrigerante ou suco em pó se sobrepôs ao suco natural de frutas no ano de 2011, com 56,1% e 47,7%, respectivamente, já em 2022 foram semelhantes. Doces e derivados e achocolatados estiveram presentes em pouco mais de 30% dos domicílios nos dois períodos. Alimentos enlatados apresentam redução (31,8% e 14,5%, respectivamente). Biscoitos, bolos e bolachas industrializadas estavam disponíveis em grande parte dos domicílios na semana anterior à entrevista, com 78,5% e 83,6% (tabela 8).

Tabela 9 - Distribuição da disponibilidade dos alimentos básicos, alimentos ultraprocessados e bebidas (na semana anterior à pesquisa) da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE) por origem de acesso, no período de 2011 a 2022.

(Continua)

	2011		2022		Valor p ¹
	n	%	n	%	
Alimentos básicos					
Feijão/Fava					
Cultivo ou criação domiciliar	19	18,6	3	5,7	0,116
Compra	79	77,5	50	94,3	
Cesta de alimentos	1	1,0	0	-	
Outras doações fora da comunidade	1	1,0	0	-	
Doação	2	1,9	0	-	
Total	102	100	53	100	
NA*	5	-	2	-	
Arroz (ou farinha de arroz)					
Compra	103	97,2	54	100	0,459
Cesta de alimentos	1	0,9	0	-	
Doação	2	1,9	0	-	
Total	106	100	54	100	
NA	1	-	1	-	
Beiju / tapioca / farinha de mandioca / mandioca / aipim / macaxeira					
Cultivo ou criação domiciliar	2	2,7	1	3,0	0,794
Compra	70	95,9	32	97,0	
Doação	1	1,4	0	-	
Total	73	100	33	100	
NA	34	-	22	-	
Milho /fubá / cuscuz / farinha de milho					
Cultivo ou criação domiciliar	1	1,2	5	9,2	0,030

(Continuando)

	2011		2022		Valor p ¹
	n	%	n	%	
Compra	85	98,8	48	88,9	
Doação	0	-	1	1,9	
Alimentos básicos					
Total	86	100	54	100	
NA	21	-	1	-	
Batatas, inhame, mandioquinha					
Cultivo ou criação domiciliar	1	3,4	1	3,6	0,612
Cultivo ou criação coletiva (comunidade)	1	3,4	0	-	
Compra	27	93,1	27	96,4	
Total	29	100	28	100	
NA	78	-	27	-	
Carne de vaca, bode, cabra, porco, frango, galinha, pato, peru, etc.					
Cultivo ou criação domiciliar	2	2,1	1	1,9	0,579
Compra	93	95,9	51	98,1	
Doação	2	2,1	0	-	
Total	97	100	52	100	
NA	10	-	3	-	
Charque (carne de sol, carne seca)					
Cultivo ou criação domiciliar	1	4,8	0	-	0,586
Compra	20	95,2	6	100	
Total	21	100	6	100	
NA	86	-	49	-	
Peixe					
Cultivo ou criação domiciliar	13	19,7	2	4,5	<0,001
Caça, pesca ou coleta	6	9,1	17	38,7	
Compra	46	69,7	21	47,8	
Troca locais	0	-	2	4,5	
Doação	1	1,5	2	4,5	
Total	66	100	44	100	
NA	41	-	11	-	
Macarrão / farinha de trigo					
Compra	84	98,8	46	100	0,460
Cesta de alimentos	1	1,2	0	-	
Total	85	100	46	100	
NA	22	-	9	-	
Ovo					
Cultivo ou criação domiciliar	30	38,0	15	30,0	0,315
Cultivo ou criação coletiva (comunidade)	0	-	1	2,0	
Compra	49	62,0	34	68,0	
Total	79	100	50	100	
NA	28	-	5	-	
Verduras (alface, couve, rúcula, etc)					
Cultivo ou criação domiciliar	2	2,5	3	7,5	0,274
Compra	75	94,9	37	92,5	
Doação	2	2,5	0	-	
Total	79	100	40	100	
NA	28	-	15	-	
Legumes cenoura, beterraba, berinjela, etc.)					
Cultivo ou criação domiciliar	0	0,0	2	4,9	0,209
Cultivo ou criação coletiva (comunidade)	1	1,5	0	-	
Compra	66	97,1	39	95,1	
Doação	1	1,5	0	-	
Total	68	100	41	100	
NA	39	-	14	-	
Açaí					

(Continuando)

	2011		2022		Valor p ¹	
	n	%	n	%		
Compra	4	100	4	100	0,504	
Total	4	100	4	100		
NA	103	-	51	-		
Alimentos básicos						
Frutas in natura					0,224	
Cultivo ou criação domiciliar	4	5,3	5	10,8		
Compra	71	94,7	40	87,0		
Doação	0	0,0	1	2,2		
Total	75	100	46	100		
NA	32	-	9	-		
Leite e derivados (queijo, requeijão, coalhada, iogurte, etc.)					<0,001	
Cultivo ou criação domiciliar	35	37,2	16	40,0		
Cultivo ou criação coletiva (comunidade)	0	-	1	2,5		
Caça, pesca ou coleta	0	-	4	10,0		
Compra	21	22,3	13	32,5		
Cesta de alimentos	1	1,1	0	-		
Outras doações fora da comunidade	3	3,2	0	-		
Trocas locais	0	-	3	7,5		
Doação	34	36,2	3	7,5		
Total	94	100	40	100		
NA	13	-	15	-		
Castanhas, cocos, pinhão, amendoim						0,178
Cultivo ou criação domiciliar	0	-	2	18,2		
Compra	9	100	9	81,8		
Total	9	100	11	100		
NA	98	-	44	-		
Açúcar, mel, rapadura (para adoçar)					0,626	
Compra	104	98,1	49	100		
Cesta de alimentos	1	0,9	0	-		
Doação	1	0,9	0	-		
Total	106	100	49	100		
NA	1	-	6	-		
Óleo vegetal / banha de porco / manteiga / margarina					0,505	
Cultivo ou criação domiciliar	0	-	1	2,0		
Compra	99	97,1	47	96		
Cesta de alimentos	1	1,0	0	-		
Doação	1	1,0	1	2,0		
Outros	1	1,0	0	-		
Total	102	100	49	100		
NA	5	-	6	-		
Alimentos ultraprocessados e industrializados						
Doces, balas, pirulitos, sorvete, gelatina, industrializados					0,188	
Compra	37	97,4	16	88,8		
Trocas locais	0	-	1	5,6		
Doação	1	2,6	0	-		
Outros	0	-	1	5,6		
Total	38	100	18	100		
NA	69	-	37	-		
Salgadinhos de pacote					0,367	
Cultivo ou criação domiciliar	0	-	1	5,0		
Compra	20	95,2	19	95,0		
Doação	1	4,8	0	-		
Total	21	100	20	100		
NA	86	-	35	-		
Carnes enlatadas (sardinha, carne de lata, atum, etc.) e embutidos (salsicha, mortadela, presunto, etc)					0,432	
Compra	40	100	33	100		

	2011		2022		(Conclusão)
	n	%	n	%	Valor p^1
Total	40	100	33	100	
NA	67	-	22	-	
Achocolatados					
Compra	38	97,4	16	100	0,518
Doação	1	2,6	0	-	
Total	39	100	16	100	
NA	68	-	39	-	
Biscoitos, bolos, bolachas industrializadas					
Cultivo ou criação domiciliar	0	-	1	2,1	0,313
Compra	83	98,8	47	97,9	
NS/NR	1	1,2	0	-	
Total	84	100	48	100	
NA	23	-	7	-	
Enlatados (milho, ervilha, tomate, etc.)					
Compra	34	100	8	100	0,324
Total	34	100	8	100	
NA	74	-	47	-	
Bebidas					
Café					
Cultivo ou criação domiciliar	0	-	1	2,0	0,338
Compra	97	99,0	49	96,0	
Doação	1	1,0	1	2,0	
Total	98	100	51	100	
NA	9	-	4	-	
Suco natural de frutas					
Cultivo ou criação domiciliar	16	31,4	9	28,1	0,566
Compra	31	60,8	23	71,9	
Outras doações fora da comunidade	1	2,0	0	-	
Doação	2	3,9	0	-	
Outros	1	2,0	0	-	
Total	51	100	32	100	
NA	56	-	23	-	
Refrigerante ou suco em pó					
Compra	59	98,3	30	100	0,477
Doação	1	1,7	0	-	
Total	60	100	30	100	
NA	47	-	25	-	
Bebida alcoólica					
Compra	6	100	7	100	0,412
Total	6	100	7	100	
NA	101	-	48	-	

Legenda: NA – Não se aplica (não tinha disponível na residência na última semana) e/ou NS/NR

¹ Valor de p para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância $<0,05$

Os achados da tabela 9 revelam que, exceto o grupo de leites e derivados, todos os alimentos foram, em grande parte, provenientes da compra. Em 2022, observou-se maior proporção de leite e derivados cuja origem foi por compra, enquanto que em 2011 uma das principais origens era de doações ($p<0,05$). Vale ressaltar que, em 2011 o PAA incluiu os povos e comunidades tradicionais, como os remanescentes de quilombo, como beneficiários do programa, o que pode explicar o porquê que em 2011 o leite teve sua principal forma de

disponibilidade a doação, já em 2022 com os desmontes das políticas públicas essa realidade mudou (PERIN et al., 2021). Quanto ao peixe, observam-se menores proporções de domicílios em que a origem deste alimento era a compra em comparação com 2011 e um aumento em relação à pesca (de 9,1% para 38,7% em 2022; $p < 0,05$; tabela 9).

Em 2011, 77,5% do feijão/fava foi oriundo da compra e 18,6% do cultivo domiciliar. Já em 2022, este alimento obteve apenas 5,5% através do cultivo domiciliar. O milho e derivados, esteve disponível em grande parte dos domicílios por meio da compra, assim como a carne. Já o charque (carne de sol, carne seca) se mostrou um alimento pouco disponível. O grupo das batatas, inhames e mandioquinhas não estavam presentes em 78 dos 107 domicílios em 2011, enquanto em 2022 27 não tinham estes alimentos e 28 tinham através da compra. O ovo, em ambos os anos, veio através da criação domiciliar e da compra. As frutas e hortaliças (verduras e legumes) foram obtidas, basicamente, por meio de compras.

Quanto aos alimentos ultraprocessados e industrializados, somente a disponibilidade de biscoitos, bolos e bolachas industrializadas nos domicílios, por meio de compras, foi maior que a não disponibilidade em ambos os períodos, além de superar a disponibilidade de frutas e hortaliças. Em 2011, a compra de refrigerante (98,3%) superou a compra ou cultivo do suco natural de frutas juntos (92,2%), já em 2022 foi semelhante (Tabela 9).

Os dados relativos aos alimentos básicos mostram que o cultivo domiciliar perdeu força como uma prática de produção agrícola nas CRQs, que envolvia a cultura alimentar, os saberes relacionados ao manejo de sementes e ao saber culinário dos seus antepassados, isto porque o abastecimento dos alimentos, em grande parte, foi proveniente da compra, ao mesmo tempo que os ultraprocessados vêm ganhando um grande espaço nesses lares pelo seu baixo custo financeiro, por exemplo (BRASIL, 2014).

Assim, vale ressaltar que com a contemporaneidade a IA não se dá apenas pela presença da desnutrição e magreza, mas também pelo excesso de peso, através da ingestão de alimentos com alta densidade energética e palatabilidade, no caso os ultraprocessados (REDE PENSSAN, 2022).

Desse modo, cada vez mais esses territórios vêm apresentando um aumento nos casos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Um estudo retrata a presença de hipertensão arterial nas comunidades quilombolas de Sergipe (26%), a qual se mostrou superior à da população total que foi 20,4% (SANTOS et al., 2019). Além disso, outra pesquisa trouxe resultados sobre o estado nutricional de crianças quilombolas menores de 5 anos em comunidades tituladas até 2009, concluindo que a desnutrição crônica nesses territórios

apresentou resultados alarmantes quando comparados ao cenário nacional, o qual apresentou redução desse dado (NEVES, FERREIRA, WELCH, 2021).

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de referência/chefe da família da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo o consumo alimentar na semana anterior à entrevista, no ano de 2022.

Variáveis	Sim		Não	
	n	%	n	%
Você tem costume de realizar as refeições assistindo TV, mexendo no celular e/ou computador?	30	54,5	25	45,5
Quais refeições você faz ao longo do dia? (Múltipla escolha)				
Café da manhã	53	96,4	2	3,6
Lanche da manhã	10	18,2	45	81,8
Almoço	55	100	-	-
Lanche da tarde	18	32,7	37	67,3
Jantar	55	100	-	-
Ceia	6	10,9	49	89,1
Ontem, você consumiu : (Múltipla escolha)				
Feijão	46	83,6	9	16,4
Frutas frescas	30	54,5	25	45,5
Verduras e/ou legumes	25	45,5	30	54,5
Hamburguer e /ou embutidos	12	21,8	43	78,2
Bebidas adoçadas	21	38,2	34	61,8
Macarão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados	10	18,2	45	81,8
Biscoito recheado, doces ou guloseimas	16	29,1	39	70,9

Sobre o consumo alimentar do entrevistado (Tabela 10), avaliado apenas no ano de 2022, 54,5% relataram que possuem o hábito de realizar a refeição assistindo TV ou mexendo no celular ou computador. Além disso, observou-se que o café da manhã (96,4%), o almoço (100%) e o jantar (100%) foram as refeições mais realizadas ao longo do dia. Dos alimentos mais consumidos no dia anterior à entrevista, estavam o feijão (83,6%) e frutas frescas (54,5%).

Tabela 11 - Distribuição dos domicílios da comunidade remanescente de quilombo Mocambo (SE), segundo situação de (in)segurança alimentar, no período de 2011 a 2022.

Variáveis	2011		2022		Valor p^1
	n	%	n	%	
Segurança Alimentar	44	41,1	16	29,1	0,319
Insegurança Alimentar					
Leve	41	38,3	24	43,6	
Moderada	14	13,1	7	12,7	
Grave	7	6,5	8	14,5	
Total	106*	100	55	100	

*um caso sem resposta (NS/NR)

¹ Valor de p para o teste de Qui-Quadrado de Pearson, com nível de significância $<0,05$

Dos 55 domicílios avaliados em 2022, 60% possuíam menores de 18 anos. Observou-se que 57,9% e 70,9% dos domicílios em 2011 e em 2022 apresentaram algum grau de IA (Tabela 11), sendo que 6,5% e 14,5%, respectivamente, estavam passando fome (IA grave), no entanto o aumento no período não apresentou significância estatística.

Uma revisão sistemática com metanálise, que teve como objetivo avaliar a prevalência da IA em comunidades quilombolas, observou que a prevalência de IA variou entre 52,1% a 86,1%. Nos estudos avaliados, tal análise foi de 81% (IC 95% = 78; 84; I² = 91,7; 8 estudos, 19.626 participantes) (LEMOS; SOUZA; MARQUES, 2023). Em outro estudo a IA esteve prevalente em 71,2% dos domicílios, sendo que destes 74,5% estavam em IA leve, 14,9% em IA moderada e 10,6% em IA grave (MACIEL et al., 2021). Silva et al. (2017) avaliaram se faz diferença ou não ser quilombola em relação à presença da IA, o que resultou em uma prevalência de IA em quilombolas superior aos não quilombolas, com 64,9% e 42%, respectivamente ($p<0,001$).

Andrade et al. (2017) relataram a associação do grau de instrução do indivíduo com a determinação da IA, ao trazer que quanto maior a escolaridade, menor a proporção de IA. A escolaridade também foi considerada um determinante importante da situação de IA na pesquisa VIGISSAN, em que 42,5% dos domicílios em que a pessoa de referência tinha menos de quatro anos de estudo apresentaram IA moderada ou grave, enquanto os que tinham mais de 8 anos de estudo, a SA foi maior (50,6%).

Em outro estudo, a IA foi associada com a baixa escolaridade materna, que resulta na dificuldade da inserção no mercado de trabalho formal e leva ao acesso a empregos de baixa remuneração e, assim, contribui para a ocorrência da IA. Os autores ainda observaram que, dentre as características sociodemográficas da pessoa de referência, a escolaridade apresentou maiores diferenças nessa prevalência (SPERANDIO, PRIORE, 2015).

Vale ressaltar que com a pandemia de Covid-19 e, consequentemente, a fragilização econômica e aumento dos preços do gás de cozinha, houve uma retomada no uso da lenha para a cocção dos alimentos nos ambientes domésticos, o que pode explicar o aumento no uso desse tipo de combustível utilizado para cozinhar na comunidade estudada quando comparados os dois períodos. Além disso, este panorama está muito relacionado às comunidades rurais e que com a pandemia se tornou ainda mais prevalente (CARDOSO; MONTEIRO, 2021).

Sabe-se que a segurança hídrica é "a capacidade que uma sociedade tem para ter quantidade e qualidade suficiente de água tanto para sua própria sobrevivência quanto para realizar diferentes atividades produtiva". Portanto, mesmo sendo observado um crescimento nos números de domicílios com abastecimento e tratamento de água, é necessário considerar a quantidade de residências que ainda são abastecidas por cisternas ou carro pipa.

Um estudo traz que os domicílios que não tinham água potável para beber tinham mais chances de estarem em uma situação de IAMG, uma vez que a falta ou precariedade no abastecimento da água pode provocar o acometimento por doenças infectocontagiosas e parasitárias, que podem afetar o estado nutricional do indivíduo e, consequentemente, levar à IA e nutricional (SCHOTT et al., 2020). A pesquisa VIGISSAN observou que 42% dos domicílios brasileiros que estavam em insegurança hídrica também apresentavam IA grave. Além disso, cerca de 65% das residências com insegurança hídrica também sofriam com restrição quantitativa dos alimentos (IAMG) (REDE PENSSAN, 2022).

Diante disso, é importante diagnosticar a IA, principalmente em comunidades vulneráveis como as quilombolas, visto que pode se observar o cenário precário em relação ao acesso à água, saneamento básico, educação. A baixa escolaridade e a renda insuficiente para a aquisição de gêneros alimentícios, juntamente com a marginalização e discriminação sofridas por esses grupos étnico-raciais, acabam influenciando um quadro de instabilidade e vulnerabilidade nesses territórios (SILVA et al., 2017).

Para isso, políticas públicas são de suma importância, sendo elas para apoio à prática agrícola, pensando nos jovens e nas mulheres, como os quintais produtivos, de geração de emprego, de valorização da mulher no mercado de trabalho, de educação alimentar e nutricional, de estabilidade dos preços dos alimentos, dentre outras, e não somente as de transferência de renda (MORAIS, SPERANDIO, PRIORE, 2020).

É importante ressaltar o PNAE também como uma estratégia de enfrentamento da IA, haja vista ter como objetivo promover uma alimentação saudável para os alunos e, assim, contribuir no crescimento, aprendizagem, desenvolvimento e rendimento escolar, até porque, muitos estudantes têm a alimentação escolar como única refeição do dia (SALGADO;

DELGROSSI, 2022). Além disso, o PNAE também contribui na geração de renda para os agricultores e populações específicas ao trazer que “no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (...), priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020).

Vale lembrar que em 2011 o país apresentava um cenário político, econômico e social muito forte no incentivo a políticas sociais voltadas à SA. Em 2014 o Brasil tem um grande marco ao sair do Mapa da Fome da ONU (estando com menos de 5% das pessoas em situação de IA – subalimentação) e se tornando referência internacional com os seus programas sociais (REDE PENSSAN, 2022). Entretanto, a partir de 2016 os investimentos nas políticas públicas foram sendo reduzidos, o que direta ou indiretamente influenciou na situação de IA no país e no combate na extrema pobreza, o que pode ter afetado principalmente populações vulneráveis, como os remanescentes de quilombo (CHEROL, FERREIRA, SALLES-COSTA, 2021).

Convém destacar, o enfraquecimento do PAA ao reduzir drasticamente o seu orçamento, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que resultou em uma dificuldade na disputa de políticas de desenvolvimento rural. Além disso, a Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como a PEC do teto dos gastos públicos, foi responsável por limitar o crescimento dos orçamentos durante 20 anos. Em 2019, a SA e o DHAA foram ainda mais violados com a extinção do CONSEA (órgão de assessoramento ao Governo da República em questões da SA), através da Medida Provisória nº 870, consequentemente houve a desestruturação do SISAN o bloqueio da participação social. Somente em 2023, algumas das políticas foram sendo retomadas (MELITO, 2023).

Desse modo, entende-se que a destruição dessas políticas voltadas à proteção social são a raiz do problema da IA ao deixar grande parte das pessoas desprotegidas, pois a insuficiência de renda, o desemprego, as deficiências habitacionais, a falta de acesso à educação, as precárias condições de saúde entre outros, estão diretamente relacionados com o aumento da IA (MARQUES; DÓRIA, 2021).

Uma vez mais reforça-se que um programa social por si só não consegue garantir a SA, tendo que estar associado com outras políticas públicas como as de educação alimentar e nutricional, programas de infraestrutura, ações que impactem o sistema produtivo, a exemplo da geração de emprego, formalização do trabalho, estabilidade do preço dos alimentos, apoio à agricultura familiar, dentre outros (SILVA et al., 2017).

Assim, entende-se que a articulação entre várias políticas, de várias áreas do governo e diferentes ministérios, é de suma importância para o combate da fome no País, ou seja, é preciso

a intersetorialidade, vários ministérios sociais e econômicos que atuem de forma conjunta, além da participação social (REDE PENSSAN, 2022).

O presente estudo possui algumas limitações, pois por ser um estudo ecológico está sujeito à falácia ecológica ou viés, isto é, “ocorre porque a associação observada entre as variáveis no nível de grupo não representa, necessariamente, a associação existente no nível individual” (BONITA, BEAGLEHOLE, KJELLSTROM, 2010). Além disso, a EBIA também tem algumas limitações, visto que os indivíduos podem se sentir constrangidos com algumas perguntas em relação ao acesso ao alimento e acabar influenciando na resposta. Além de que, é necessária a memória do entrevistado ao respondê-la, o que pode subestimar ou superestimar a verdadeira situação do domicílio quanto à IA (SCHOTT et l., 2020). Porém, vale ressaltar a grande importância da EBIA para o diagnóstico da IA, a facilidade em aplicá-la, seu baixo custo e fácil compreensão por parte do entrevistado, o que pode permitir uma confiabilidade na comparação dos resultados (ALMEIDA et al., 2017).

6 CONCLUSÃO

Concluo que os quilombolas residentes na CRQ Mocambo, em Sergipe, apresentam-se em situação de IAN, agravada no período de 2022, possivelmente em virtude tanto do desmantelamento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional que ocorreu especificamente entre os anos de 2016 a 2022 quanto da pandemia de COVID-19.

Os quilombolas apresentam melhoria em indicadores que são determinantes da IAN, como escolaridade, trabalho, condições estruturais como iluminação e material do piso do domicílio, coleta de lixo, esgoto, tratamento de água, provavelmente em virtude das políticas públicas implementadas para garantia de direitos refletidas no maior acesso a equipamentos de assistência social, programas habitacionais, fomento à agricultura familiar.

No que tange às dimensões produtivas, de disponibilidade de alimentos, bem como consumo alimentar, concluo que, embora tenha ocorrido uma melhora das condições estruturais no ano de 2022, observo aumento no consumo de ultraprocessados e redução da disponibilidade de alguns alimentos básicos, o que pode ser explicado pela elevação no preço destes alimentos (fato observado especialmente durante a pandemia de COVID-19) e, em contrapartida, no preço baixo e na facilidade do acesso aos ultraprocessados, o que mostra não somente a IAN relacionada à desnutrição pela falta de alimento, mas também ao acometimento por DCNT como a obesidade e HAS.

A disponibilidade de alimentos em 2022 está mais atrelada à compra, o que também reflete possíveis efeitos do desmonte das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e da desproteção a estes atores sociais durante o período pandêmico (com a negativa do auxílio emergencial e as dificuldades enfrentadas para a execução do PNAE com a compra de alimentos da agricultura familiar e sua distribuição).

Por fim, ressalto a importância da retomada das políticas públicas intersetoriais para reparar a injustiça histórica nesses locais, permitir igualdade de oportunidades, principalmente para as mulheres, retomar a identidade étnica e os valores culturais de seus antepassados que estão sendo perdidos, como a produção agrícola. Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha papel fundamental.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. F. C.; CORRÊA, N. A. F.; SILVA, H. P. Segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: um balanço da literatura indexada. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. 1-13, 2020.
- ALMEIDA, J. A *et al.* Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, p. 479-488, 2017.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.
- ALPHINO, T. M. A *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do governo federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Revista Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-17, 2020.
- AMORIM, A. L. B.; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.
- ANDRADE, D. A *et al.* Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 24, p. 125-140, 2017.
- ANDRADE, G. C *et al.* Mudanças nos marcadores da alimentação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 1-13, 2023.
- ANDRADE, R. S. *et al.* A restinga como recurso para as comunidades costeiras: o caso da comunidade quilombola Santa Cruz-Brejo Grande, SE. In: III Seminário Espaços Costeiros, v. 3, 2017, Salvador. **Anais**, Salvador: Grupo costeiros, 2017, p.8-16.
- ARRUTI, J. M. Reintroduzindo o relatório histórico-antropológico do Mocambo de Porto da Folha vinte anos depois. **Revista Ambivalências**, v. 4, p.177-253, 2016.
- BARBOSA, L. B *et al.* Ultra-processed food consumption and metabolic syndrome: a cross-sectional study in Quilombola communities of Alagoas, Brazil. **Revista International Journal for Equity in Health**, v. 22, p. 1-15, 2023.
- BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito & Práxis**, v. 9, p. 2581-2589, 2018.
- BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia básica**. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010. 230p.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, 1988.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Textos de referência da II conferência nacional de segurança alimentar e nutricional, 2004.
- BRASIL. Decreto 4.887.346, de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: Brasília/DF, 2003.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília/DF, 2006.

BRASIL. Lei 7.272, de 25 de Agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília/DF, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Módulo PNAE**. 4.ed, p. 83- 96, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 20, p. 212, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Criação de um modelo lógico do Programa Brasil Quilombola**. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília/DF, p. 200, 2018.

BRASIL. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional** – relatório 2014.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília/DF, p.48, 2005.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas: Programa Brasil Quilombola**. Brasília/DF, p.50, 2013.

BUENO, W. C. **Umas poucas linhas sobre racismo ambiental**. Disponível em: <www.justificando.com/2017/11/23/uma-poucas-linhas-sobre-racismo-ambiental>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. ABRANDH, Brasília/DF p. 204, 2010.

CARDOSO, G. L.; MONTEIRO, N. M. Cocção em Tempos de Pandemia: a Retomada no Uso da Lenha em Ambientes Domésticos Urbanos no Brasil. *Evex*, p.1-216, 2021.

CARVALHO, M. L. A. **Coleção terras de quilombos Sergipe – comunidade quilombola Mocambo**. FAFICH, p. 16, 2016.

CASTILHO, A. G. Enfoque Sociológico dos Conflitos Socioambientais e o Movimento por Justiça Ambiental. Dossiê Cultura & Ambiente. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais/UFPB**, v. 2, p. 44-58, 2018.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 1. ed. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1946. 348p.

CHEROL, C. C. S.; FERREIRA, A. A.; SALLES-COSTA, R. Desigualdades sociais e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 34, p. 1- 12, 2021.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. Caminho para a titulação. Disponível em: <www.cpisp.org.br/direitosquilombolas/caminho-da-titulacao/>. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

CORRÊA, N. A. F.; CARDOSO, L. F.C.; SILVA, H. P. Comida de quilombo na merenda escolar: interfaces ente a cultura alimentar e o programa nacional de alimentação escolar. **Revista de Antropologia**, v. 12, p. 145-163, 2020.

FEITOSA, F. R. S *et al.* Panorama dos quilombos sergipanos: condições de vida e vulnerabilidades. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais e Agrários**, v. 7, p. 90-116, 2021.

FERREIRA, H. G. R.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. P. O programa de alimentação escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, p. 90-113, 2019.

FERNANDE, C.R. O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás. **Revista Interações**, v. 16, p.45-62, 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMARES. Disponível em: <www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 08 de Agosto de 2023.

GALESI, L. F.; QUESADA, K. R.; OLIVEIRA, M. R. M. Indicadores de segurança alimentar e nutricional. **Revista Simbio- Logias**, v.2, p. 221-230, 2009.

GAUDIO, E. S. Resenha do livro “o que é racismo estrutural?”. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, p. 213-127, 2019.

GOMILDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ipea), p. 570, 2023.

GURGEL, A. M *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4945 – 4956, 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022 quilombolas primeiros resultados do universo. Ministério do planejamento e orçamento, Rio de Janeiro/RJ, 2023.

KEPPLE, A. W.; CORRÊA-SEGALL, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

KEPPLE, A. W. et al. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015**. FAO-BRASIL, p.44, 2025.

LACERDA, R. S.; MENDES, G. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 9, p. 107-120, 2018.

LACERDA, R. S.; SILVA, G. M. Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe. **Revista Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, v. 8, p. 239-254, 2016.

LAURIS, J. R. P. Cálculo amostral. Disponível em: http://estatistica.bauru.usp.br/calculoamostral/ta_ic_proporcao.php. Acessado em: março de 2023.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. ABRANDH, Brasília/DF, p. 263, 2013.

LEMO, R. C. F.; SOUZA, J. S.; MARQUES, V. T. Prevalência de insegurança alimentar em comunidades quilombolas: revisão sistemática com metanálise. **Revista interdisciplinar do Pensamento Científico**, v. 1, p. 1-16, 2023.

MACIEL, E. S *et al.* Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p.1-10, 2021.

MACIEL, S. A.; SANTOS, R.W. P. Os caminhos para a titulação de territórios remanescentes quilombolas no Brasil. **Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 38, p. 52-80, 2020.

MARQUES, P. E. M.; DORIA, N. G. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista raízes**, v.41, p. 246 – 261, 2021.

MELITO, L. **Retomada de políticas marca combate à fome em 2023, baixo orçamento e falta de plano para a reforma agrária são desafios**. Disponível em: <
[www.://ojoioeotriggo.com.br/2023/10/combate-a-fome/](http://www.ojoioeotriggo.com.br/2023/10/combate-a-fome/). Acesso em: 20/11/2023.

MELLO, M. M. Antropologia e história no processo de formação quilombola – Mocambo. **Revista Mana**, v. 15, p. 585-603, 2009.

MONEGO, E. T *et al.* (IN)segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, p. 37-47, 2010.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, p. 7-20, 2003.

MORAIS, D.C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S.L. **Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional**. UFV, Viçosa/MG, p. 865, 2020.

NEVES, F. J.; FERREIRA, A. A.; WELCH, J. R. Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos no Nordeste brasileiro. **Revista Caderno de Saúde Pública**, v. 37, p. 1-15, 2021.

OLIVEIRA, E. F *et al.* Consulta de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento: significados de mães quilombolas. **Revista Escola Anna Nery**, v. 22, p. 1-7, 2018.

ONU. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em:
<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/universal-declaration-eradication-hunger-and-malnutrition>. Acessado em: 31 de Outubro de 2023.

PEDRAZA, D. F.; SALES, M. C. (IN)segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de um indicador do problema e experimentação em famílias da Paraíba, Brasil. **Revista Interações**, v. 15, p.79-88, 2014.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do programa nacional de alimentação escolar no período de 2003-2010 relato do gestor nacional. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909 – 916, 2013.

PERIN. et al. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (ipea), p. 1-113, 2021.

PNAD. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Segurança Alimentar**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rio de Janeiro/RJ, p. 140, 2006.

PNAD. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Segurança Alimentar**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rio de Janeiro/RJ, p. 174-176, 2009.

PNAD. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Segurança Alimentar**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rio de Janeiro/RJ, p. 2-10, 2013.

POF. PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES. **Análise da segurança alimentar no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro/RJ, p.1-69, 2020.

PORTO, D. **Luta quilombola pela terra: conquistasse marcos históricos nos Brasil**. Terra de Direitos. Disponível em: < www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/a-partir-de-marcos-historicos-linha-dotempo-ilustra-conquistas-do-movimento-quilombola/22712 . Acesso em: 13 de Julho de 2023.

REDE PENSSAN. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil**. II VIGISSAN. São Paulo, p. 110, 2022.

REDE PENSSAN. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: suplemento 1 -insegurança alimentar nos estados**. II VIGISSAN. São Paulo, p. 66, 2022.

RIBEIRO-SILVA, R. C *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421 – 3430, 2020.

SAGI. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO. **Escala Brasileira de Insegurança alimentar: análise psicométrica de uma dimensão da segurança alimentar e nutricional**. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome, n.1, p 1-15, 2014.

SALGADO, B. T.; DELGROSSI, M. E. Segurança alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia?. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p.1-12, 2022.

SANTANA, J. H. S. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-brasileiras de Sergipe: Patrimônio e Memória. **Revista Palimpsesto**, v. 28, p. 121-138, 2018.

SANTOS, A. H. A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v.20, p.10-25, 2018.

SANTOS, A. R. R. **Indicadores Socioambientais do Alto Sertão Sergipano: relações de poder e convivência com a seca**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTO, D. M. S *et al.* Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica em Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe, Brasil. **Revista Sociedade Brasileira de Cardiologia**, v. 113, p.383-390, 2019.

SANTOS, N. B. **Resistência e desafios na garantia da posse da terra na comunidade quilombola de mocambo no município porto da folha – SE**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SCHALL, B *et al.* Gênero e insegurança alimentar na pandemia de covid-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.27, p. 1-10, 2022.

SCHOTT, E *et al.* Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios da área urbana do estado do Tocantins, Região Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1-13, 2020.

SEGALL- CORRÊA, A. M.; MARRIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: Proposição e usos da escala brasileira de medida de insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, p. 1-19, 2009.

SILVA, D. S. A questão quilombola no cenário político brasileiro e sergipano: Uma breve discussão. 2017. Sergipe. Anais [...] Sergipe: VI Congresso Sergipano de História e VI Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 2017.

SILVA, E. K. P *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais do Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Revista Caderno de Saúde Pública**, v. 33, p. 1-14, 2017.

SILVA, N.; SANTOS, T. Nutricídio da população negra em tempos de covid-19: analisando os impactos do encontro de crises no brasil atual. **Revista Áltera**, n. 14, p 1-25, 2022.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional : projetos, descontinuidades e consolidação**. Instituto de pesquisa econômica aplicada, p. 8 – 30, 2014.

SILVA, T. H. C *et al.* Pensando a segurança e a soberania alimentar: análise da participação da agricultura familiar no PNAE em diferentes regiões do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 22, p.168 -200, 2020.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.1, p. 219-246, 2017.

SOUSA, L. M *et al.* Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, p. 987-992, 2013.

SOUSA, M. S.; ALVES, A. G. S. Os programas de crédito agrícola e de fomento para a agricultura familiar: uma análise acerca do Pronaf e do Pnae. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 4, p. 139-159, 2018.

SOUZA, A. A *et al.* **Insegurança alimentar e nutricional agravada pelo nutricídio no brasil: algumas considerações**. ed. 43, v. 1, p. 67-88. 2023.

SOUZA, B. F. N. J *et al.* (IN)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **Revista Interamerican Jornal of Medice and Health**, v. 3, p. 1 – 10, 2020.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Revista Epidemiologia e Serviço de Saúde**, v. 24, p. 739-748, 2015.

VALENTE, F. F. S. **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. 21. ed. Campina Grande: Eduepb, 2021. 152p.

VASCONCELLOS, A. B. P. A.; MOURA, L. B. A. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação descentralização de sua política pública nacional. **Revista Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. 1-13, 2018.

VASCONCELOS, F. A. G. Josué de castro e a geografia da fome no Brasil. **Revista Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2710-2717, 200.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA), CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DE CONSUMO ALIMENTAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR

LINHA DE PESQUISA: “FOMENTO À INSERÇÃO DOS GRUPOS PRIORITÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL E SUAS ORGANIZAÇÕES NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR”

Apresentar-se ao entrevistado:

Olá, meu nome é XXXX, sou do CECANE/UFS e estou aqui fazendo uma pesquisa sobre a situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas. Essa pesquisa é importante para que possamos melhorar políticas de acesso à alimentação adequada e saudável de sua família e de sua comunidade. Para isso, primeiro vou fazer algumas perguntas sobre a sua casa e sobre o(a) senhor(a). O(a) Sr.(a) poderia participar?

BLOCO A: CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	
1. NOME DO ENTREVISTADO:	
[]	2. COMUNIDADE:
[]	3. CIDADE/MUNICÍPIO:
[]	4. DATA DA ENTREVISTA: ____ / ____ / ____
[]	5. O(a) Sr(a) se considera a pessoa de referência da casa? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
	Qual a sua outra condição na casa ou seu parentesco com a pessoa de referência? (múltiplas opções)
	[01] Não tem outra condição
	[02] Cônjuge/companheiro(a)
	[03] Filho(a)
	[04] Enteadado(a)
	[05] Pai ou mãe
	[06] Sogro(a)
	[07] Neto (a)/ bisneto(a)
	[08] Irmão / irmã
[09] Irmão, irmã do companheiro(a) ou cônjuge	
[10] Sobrinho(a)	
[11] Marido / Esposa / Companheiro(a) do filho(a)	
[12] Outro parente	
[13] Agregado	
[14] Pensionista	
[15] Empregado(a) doméstico(a)	
[16] Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	
[99] NS/NR	

[]	6. Gênero/sexo: [1] Feminino/mulher [2] Masculino/homem [3] Outro [9] NS/NR
[]	7. Data de nascimento: / / [999999] NS/NR
[]	8. Qual sua cor/raça? [1] Branca [2] Preta [3] Parda [4] Amarela [5] Indígena [9] NS/NR
[]	9. Estado civil (estimulada, resposta única): [01] Casado no civil e religioso [02] Casado somente no civil [03] Casado somente no religioso [04] União consensual / mora com companheiro(a) [05] Divorciado(a) [06] Solteiro(a) [07] Desquitado(a) ou separado judicialmente [08] Viúvo(a) [99] NS/NR
[]	10. O(a) senhor(a) está frequentando escola ou creche? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	11. Qual a sua escolaridade ? [01] Ensino Básico [02] Analfabeto / Nunca estudou [03] Fundamental (1º grau) incompleto [04] Fundamental (1º grau) completo [05] Ensino médio (2º grau) incompleto [06] Ensino médio ou (2º grau) completo [07] Superior (graduação) incompleto [08] Superior (graduação) completo [09] Pós-graduação [99] NS/NR
[] [] [] [] [] [] []	12. Alguém nessa casa tem acesso a algum dos benefícios ou serviços que eu vou listar? (estimulada, múltiplas opções) [1] Benefício de prestação continuada – BPC-LOAS (garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família) [2] Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) [3] PROJOVEM Urbano ou Campo – Saberes da terra (oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental) [4] PROJOVEM Adolescente (destina-se aos jovens de 15 a 17 anos pertencentes à família beneficiária do programa Bolsa Família com o objetivo de complementar a proteção social à família e criar condições para a permanência ou inserção do adolescente no sistema educacional) [5] ProUni [6] Nenhum [9] NS/NR
[]	13. O(a) senhor(a) está trabalhando? [1] Sim [2] Não [3] Não, é aposentado [9] NS/NR
[]	14. Nos últimos 12 meses, o(a) senhor(a) ou alguém da casa recebeu algum dinheiro por meio de... (estimulada, múltiplas opções) [01] Venda do cultivo ou criação de animais [02] Trabalho remunerado – ano todo

	[9] NS/NR
[]	25. Na casa existe banheiro (com vaso e descarga)? (Considerar também banheiro que fique fora da casa mas que seja usado pela família) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	26. Para onde vai o esgoto da casa? (ESTIMULADA, RESPOSTA ÚNICA) [1] Rede pública coletora de esgoto ou pluvial [2] Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (fossa que passa por um processo de tratamento ou decantação) [3] Fossa séptica não- ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (fossa que passa por um processo de tratamento ou decantação) [4] Fossa rudimentar (poço, buraco) [5] Vala/céu aberto [6] Direto para o rio, lago ou mar [7] Outro escoadouro. [9] NS/NR
[]	27. Qual é a principal forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio? (múltiplas opções) [1] Rede pública de distribuição [2] Poço [3] Cisterna com captação de água de chuva [4] Carro Pipa [5] Bica pública [6] Rio, açude, lago ou igarapé [7] Outra [9] NS/NR
[]	28. A água de beber da família é tratada na casa? (fervida, filtrada, com cloro etc) [1] Sim [2] Não pular para Q. 30 [9] NS/NR pular para Q. 30
[]	29. Se sim, qual o tratamento da água de beber da família? [1] Filtrada [2] Tratada com Cloro/hipoclorito [3] Fervida [4] Outro [9] NS/NR
ATENÇÃO! EVITE INDUÇÃO DAS RESPOSTAS. As respostas às questões 30 a 32 devem priorizar as respostas textuais do entrevistado	
[]	30. Material predominante na cobertura (telhado) da casa: (ESTIMULADA, RESPOSTA ÚNICA) [1] Telha [2] Palha [3] Madeira [4] Laje de concreto [5] Zinco [6] Outro [9] NS/NR
[]	31. Material predominante nas paredes externas da casa: (ESTIMULADA, RESPOSTA ÚNICA) [1] Alvenaria (bloco/tijolo) [2] Palha [3] Taipa não revestida [4] Barro/argila [5] Madeira aparelhada [6] Madeira aproveitada [7] Outro material. [9] NS/NR
[]	32. Material predominante no piso da casa : (ESTIMULADA, 1 OPÇÃO) [1] Terra batida – sem revestimento [2] Madeira aparelhada [3] Madeira aproveitada

	[4] Cimento ou concreto [5] Cerâmica, lajota ou ardósia [6] Carpete [7] Outro material. [9] NS/NR
--	---

BLOCO C: ACESSO A POLITICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

[]	33. Você ou a sua família já foram cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal? (Que é o cadastro para ser incluída no Programa Bolsa Família e em outros programas sociais) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
34. O(a) Sr(a) ou alguém que more nesta casa tem acesso a alguma destas seguintes políticas, programas ou serviços?	
[]	34.1 Cisterna com captação da água da chuva pelo telhado [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.2 Cestas de Alimentos (não integrada ao salário ou rendimento) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.3 Leite Fome Zero – PAA Leite (contribuir para o abastecimento alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social por meio da distribuição gratuita de leite , além de incentivar a produção de leite pelos agricultores familiares para fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.4 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.5 Programa Minha Casa, Minha vida ou outros programas habitacionais [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.6 Programa Bolsa Família/auxílio Brasil [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.7 Garantia Safra (garante ao agricultor familiar um benefício financeiro, por tempo indeterminado, caso perca sua safra devido ao fenômeno da estiagem ou do excesso de chuva/água) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.8 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	34.9 Outros [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	35. Qual o valor total recebido no mês por todas as pessoas que moram na casa e recebem Bolsa Família/ Auxílio Brasil?

BLOCO D : SEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

QUESTÕES		36. Por favor, indique sim ou não para as questões que vou citar, pensando nos últimos três meses: [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES...		
A. Os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?		
B. Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
C. Os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
D. Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?		
E. Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		

F. Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	
G. Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	
H. Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	
ATENÇÃO!! Itens I a N devem ser respondidos apenas se houver menores de 18 anos na residência Verificar (na aba lateral) se existem pessoas com menos de 18 anos e, caso haja, prosseguir. Se não houver, pular para Q.37	
NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES...	
I. Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?	
J. Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?	
K. Alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?	
L. Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	
M. Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?	
N. Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?	

BLOCO E: PRODUÇÃO PARA CONSUMO DOMICILIAR

PRODUTO	37. Você ou alguém desta casa produz ou coleta algum desses alimentos para consumo próprio? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
A. Frutas	
B. Verduras	
C. Legumes (batata, cenoura, abóbora, etc)	
D. Grãos (café, feijão, milho, etc)	
E. Ervas medicinais e temperos	
F. Castanha ou coco	
ANIMAL	38. Você ou alguém desta casa cria algum desses animais para consumo próprio? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
A. Porco	
B. Galinha	
C. Cabra/bode	
D. Vaca/boi	
E. Pesca	
F. Caça	
[]	39. Onde esse produto foi produzido? [1] Quintal/horta [2] Roçado/lavoura [3] Disperso pelo terreno [4] Outros (especificar): _____ [9] NS/NR

[]	40. (Caso tenha alguma produção ou criação) Vocês costumam trocar alguns desses produtos ou animais (dentro ou fora da comunidade) por outros produtos? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[]	41. (Caso tenha alguma produção ou criação) Nos últimos 12 meses, vocês venderam alguma parte desta produção ou criação? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
PROGRAMA	
42. (Caso tenha alguma produção ou criação) Você ou alguém desta casa... [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	
A. Recebe PRONAF	[]
B. Recebe Seguro da Agricultura Familiar (protege o agricultor contra ocorrências fortuitas que estão fora do seu controle, contra eventos climáticos que causam perdas na lavoura)	[]
C. Recebe apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (serviços fundamentais no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, ex: Emdagro, Embater, empbrapa)	[]
D. Vende leite para o PAA-Leite	[]
E. Vende outros produtos para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (Compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de vulnerabilidade)	[]
F. Vende para o PNAE	[]

Nº	ALIMENTOS	43. Na última semana, os alimentos que vou listar estavam disponíveis para consumo? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	44. Se sim, de onde veio o alimento? (indicar a fonte principal) [01] Cultivo ou criação domiciliar [02] Cultivo ou criação coletiva (comunidade) [03] Caça, pesca ou coleta [04] Compra [05] Cesta de alimentos [06] Outras doações de fora da comunidade [07] Trocas locais [08] Doação [09] Outros [99] NS/NR
01	Feijão / Fava	[]	[] [] []
02	Arroz / farinha de arroz	[]	[] [] []
03	Beiju / tapioca / farinha de mandioca/ Mandioca / aipim / macaxeira	[]	[] [] []
04	Milho /fubá / cuzcuz / farinha de milho	[]	[] [] []
05	Batata, inhame, mandioquinha	[]	[] [] []
06	Carne de vaca, bode, cabra, porco, frango, galinha, pato, peru etc.	[]	[] [] []
07	Charque (carne de sol, carne seca)	[]	[] [] []
08	Peixe	[]	[] [] []
09	Macarrão / farinha de trigo	[]	[] [] []

10	Ovos	☐	☐
11	Verduras (alface, couve, rúcula, almeirão, etc.)	☐	☐
12	Legumes (cenoura, beterraba, berinjela, etc.)	☐	☐
13	Café	☐	☐
14	Açaí	☐	☐
15	Frutas in natura	☐	☐
16	Suco natural de frutas	☐	☐
17	Refrigerantes ou suco em pó	☐	☐
18	Leite e derivados (queijo, requeijão, coalhada, iogurte, etc.)	☐	☐
19	Bebidas alcoólicas (cerveja...)	☐	☐
20	Castanhas, cocos, amendoim	☐	☐
21	Açúcar, mel, rapadura (para adoçar)	☐	☐
22	Banha de porco/manteiga/margarina	☐	☐
23	Doces, balas, pirulitos, sorvete, gelatina Industrializados	☐	☐
24	Salgadinhos de pacote	☐	☐
25	Carnes enlatadas (sardinha, carne de lata, salsicha, atum etc...) e embutidos (salsicha, mortadela, presunto)	☐	☐
26	Achocolatados (Toddy, Nescau, toddinho)	☐	☐
27	Biscoitos, bolos, bolachas industrializados	☐	☐
28	Enlatados (milho, ervilha, tomate, etc)	☐	☐

BLOCO F: INFORMAÇÕES SOBRE CONSUMO ALIMENTAR DO ENTREVISTADO

[]	45. Você tem costume de realizar as refeições assistindo TV, mexendo no celular e/ou computador? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR
[] [] [] [] []	46. Quais refeições você faz ao longo do dia? (MÚLTIPLA ESCOLHA) [1] Café da manhã [2] Lanche da manhã [3] Almoço [4] Lanche da tarde [5] Jantar [6] Ceia
[] [] [] [] []	47. Ontem, você consumiu: [1] Feijão [2] Frutas frescas (não considerar suco de frutas) [3] Verduras e/ou legumes (não considerar batata, mandioca/macaxeira/aipim, Inhame) [4] Hambúrguer e/ou embutidos (salsicha calabresa, salame, presunto, mortadela) [5] Bebidas adoçadas (refrigerantes, suco de caixinha, suco em pó, suco de fruta com adição de açúcar) [6] Macarrão instantâneo (miojo), salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados [7] Biscoito recheado, doces ou guloseimas (bala, pirulito, chiclete)

APÊNDICE B – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS, DE PRODUÇÃO, DISPONIBILIDADE E DE CONSUMO ALIMENTAR

Variável: Sociodemográfica	Descrição	Tipo de variável
Gênero	- Feminino - Masculino	Qualitativa nominal
Cor/raça	- Branca - Peta - Parda - Amarela - Indígena	Qualitativa nominal
Estado Civil	- Casado no civil e religioso - Casado somente no civil - Casado somente no religioso - União consensual / mora com companheiro(a) - Divorciado(a) - Solteiro(a) - Desquitado(a) ou separado judicialmente - Viúvo(a)	Qualitativa nominal
Frequenta a escola?	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Escolaridade	- Ensino Básico - Analfabeto/Nunca estudou - Fundamental (1º grau) incompleto - Fundamental (1º grau) completo - Ensino médio (2º grau) incompleto - Ensino médio (2º grau) completo - Superior (graduação) incompleto - Superior (graduação) completo - Pós-graduação	Qualitativa ordinal
Está trabalhando?	- Sim - Não - Não, é aposentado	Qualitativa nominal
Número de moradores	Em número absoluto	Quantitativa numérica contínua
Quantas crianças menores de 05 anos	Em número absoluto	Quantitativa
A casa é:	- Própria – já paga - Própria – ainda pagando - Alugada - Cedida - Outra	Qualitativa nominal

• Quantidade de cômodos na casa	• Em número absoluto	• Quantitativa
• Forma de iluminação da casa	• Elétrica (de rede, gerador, solar) • Óleo, querosene ou gás de botijão • Outra. • Não tem	• Qualitativa nominal
• O lixo da casa é:	• Coletado diretamente • Coletado indiretamente • Queimado ou enterrado na propriedade • Jogado em terreno baldio ou logradouro • Jogado em rio, lago ou mar • Outro destino.	• Qualitativa nominal
• Qual(is) tipo(s) de combustível(is) utilizado para cozinhar?	• Eletricidade • Gás de botijão • Gás canalizado • Querosene • Lenha ou carvão • Outro tipo	• Qualitativa nominal. Em ambos os anos, avaliou-se a variável como Dummy
• Na casa há banheiro com vaso e descarga?	• Sim • Não	• Qualitativa nominal
• Pra onde vai o esgoto da casa?	• Rede pública coletora de esgoto ou pluvial • Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (fossa que passa por um processo de tratamento ou decantação) • Fossa séptica não- ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (fossa que passa por um processo de tratamento ou decantação) • Fossa rudimentar (poço, buraco) • Vala/céu aberto • Direto para o rio, lago ou mar • Outro escoadouro.	• Qualitativa nominal
• Qual a principal forma de abastecimento de água da casa?	• Rede pública de distribuição • Poço • Cisterna com captação de água de chuva • Carro Pipa • Bica pública • Rio, açude, lago ou igarapé • Outra	• Qualitativa nominal. Em ambos os anos, avaliou-se a variável como Dummy

A água de beber da família é tratada?	- Sim - Não Se sim, é: - Filtrada - Tratada com Cloro/hipoclorito - Fervida - Outro	Qualitativa nominal
Material predominante no telhado da casa	- Telha - Palha - Madeira - Laje de concreto - Zinco - Outro	Qualitativa nominal
Material predominante nas paredes externas da casa	- Telha - Palha - Madeira - Laje de concreto - Zinco - Outro	Qualitativa nominal
Material predominante no piso da casa	- Terra batida – sem revestimento - Madeira aparelhada - Madeira aproveitada - Cimento ou concreto - Cerâmica, lajota ou ardósia - Carpete - Outro material.	Qualitativa nominal
Cadúnico?	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Cisterna com captação da água da chuva pelo telhado	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Cestas de Alimentos (<i>não integrada ao salário ou rendimento</i>)	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Leite Fome Zero – PAA Leite	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Programa Minha Casa, Minha vida ou outros programas habitacionais	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Programa Bolsa Família/auxílio Brasil	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Garantia Safra	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Outros	- Sim - Não	Qualitativa nominal

Bolsa Família (valor mensal por todos que moram na casa)	Em Reais (R\$)	Quantitativa
Insegurança Alimentar (IA)	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Graus/níveis da IA	- Leve - Moderada - grave	Qualitativa ordinal
Variável: Produção	Descrição	Tipo de variável
Produção para consumo próprio - Frutas - Verduras - Legumes (batata, cenoura, abóbora, etc) - Grãos (café, feijão, milho, etc) - Ervas medicinais e temperos - Castanha ou coco	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Criação para consumo próprio - Porco - Galinha - Cabra/bode - Vaca/boi - Pesca - Caça	- Sim - Não	Qualitativa nominal
Variável: Disponibilidade	Descrição	Tipo de variável
Quais alimentos estavam disponíveis na última semana? - Feijão/fava - Arroz/farinha de arroz - Beiju/tapioca/farinha de mandioca/mandioca/macaxeira/aipim - Milho/fubá/cuscuz/farinha de milho - Batata, inhame, mandioquinha - Carne de vaca, bode, cabra, porco, frango, galinha, pato, peru etc - Charque (carne de sol, carne seca) - Peixe - Macarrão/farinha de trigo - Ovos - Verduras (alface, couve, rúcula etc) - Legumes (cenoura, beterraba etc) - Café - Açaí - Frutas in natura - Suco natural de frutas - Refrigerante ou suco em pó - Leites e derivados (queijo, requeijão, coalhada, iogurte etc) - Bebidas alcoólicas (cerveja...) - Castanhas, cocos, amendoim - Açúcar, mel, rapadura (para adoçar) - Óleo/banha de porco/manteiga/margarina	- Sim - Não	Qualitativa nominal, analisada como variável Dummy

• Doces, balas, pirulitos, sorvete, etc • Salgadinhos de pacote • Carnes enlatadas (salsicha, sardinha, atum etc) e embutidos (mortadela, presunto etc) • Achocolatados (toddy, nescau etc) • Biscoitos, bolos, bolachas industrializadas • Enlatados (milho, ervilha, etc)		
De onde veio o alimento? • Cultivo ou criação domiciliar • Cultivo ou criação coletiva (comunidade) • Caça, pesca ou coleta • Compra • Cesta de alimentos • Outras doações fora da comunidade • Trocas locais • Doação • Outros • NS/NR	• Sim • Não	• Qualitativa nominal, analisada como variável Dummy
Variável: Consumo Alimentar	Descrição	Tipo de variável
Costume de realizar as refeições assistindo TV ou mexendo no celular?	• Sim • Não	• Qualitativa nominal
Quais refeições realiza ao longo do dia? • Café da manhã • Lancha da manhã • Almoço • Lanche da tarde • Jantar • Ceia	• Sim • Não	• Qualitativa nominal, analisada como variável Dummy
O que consumiu no dia anterior? • Feijão • Frutas frescas • Verduras e/ou legumes • Hambúrguer e/ou embutidos • Bebidas adoçadas • Macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoitos salgados • Biscoito recheado, doces ou guloseimas	• Sim • Não	• Qualitativa nominal, analisada como variável Dummy

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): MEMBRO DA FAMÍLIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
ESCOLAR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MEMBRO DA FAMÍLIA

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Fomento à inserção da agricultura familiar, empreendedor familiar rural e suas organizações no PNAE”, orientada pela pesquisadora Dra. Renata Lopes de Siqueira.

O objetivo do estudo: Diagnosticar a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (situação de falta de acesso aos alimentos com qualidade e em quantidade suficiente); Identificar os principais produtos cultivados ou produzidos pela sua família, e os fatores que dificultam a comercialização destes produtos para a alimentação escolar oferecida nas escolas públicas para promover a participação da sua família nas Chamadas Públicas destinadas a compra de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar de seu município.

Procedimentos de pesquisa: Inicialmente o(a) senhor(a) responderá perguntas sobre o acesso a alimentos de sua família. Posteriormente, depois, se sua família for produtora de alimentos, o(a) senhor(a) responderá sobre o tipo de atividade que você realiza (pesqueira/extrativista/criação/cultivo/manufatureira); os alimentos que produzem, instrumentos que dispõem para produzir, assim como, os alimentos que são mais produzidos no território em que vive com sua família. O(A) senhor(a) e os demais participantes desta pesquisa receberão todas as orientações e esclarecimentos necessários para que se sintam o suficiente esclarecido(a) sobre as etapas e procedimentos da pesquisa.

Riscos de participação na pesquisa: O(a) senhor(a) poderá se sentir constrangido devido ao entendimento da situação de falta de acesso a alimentos, que o senhor(a) e sua família podem estar vivenciando. Para evitar ou minimizar este risco os pesquisadores realizarão a entrevista para avaliar essa situação em um ambiente privado e, principalmente, atuarão para colaborar, através da orientação e programas e ações públicas, para melhorar a situação de falta de acesso ao alimento, à terra e produção, assim como, irá notificar junto aos órgãos governamentais responsáveis sobre a gestão destas ações e programas, se o(a) senhor(a) desejar e permitir. Além disso, ressalta-se que havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização por meio das vias judiciais, conforme assegurado pelo Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (Inciso V). Caso seja observado qualquer risco ou dano significativo aos participantes dessa pesquisa, este estudo será imediatamente suspenso.

Benefícios de participação na pesquisa: As informações fornecidas pelo senhor(a) poderão colaborar na realização de atividades em sua comunidade para produzirem alimentos para as escolas de seu território através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), permitindo que vocês tenham o direito de prioridade para essa venda. Com isso, poderá melhorar a renda de sua família e o acesso aos alimentos. Esta pesquisa também possibilitará resgatar e valorizar a cultura alimentar da sua

comunidade pela chance de colocar no cardápio da alimentação escolar os alimentos típicos da sua região e que podem ser produzidos por você e sua família.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo: O(a) senhor(a) poderá ter todas as informações que quiser saber sobre o estudo, recusar participar ou sair da pesquisa quando desejar. Caso não se sinta bem com alguma pergunta ou situação, também deve nos informar. Sua vontade será sempre aceita. Em caso de recusa ou desistência, o(a) senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma e, a qualquer momento, poderá retirar seu consentimento, mesmo após o início da entrevista/coleta de dados, sem qualquer prejuízo para o(a) senhor(a). Desde já, fica garantido que as suas informações, nome e dados pessoais não serão divulgadas. Todas as informações fornecidas serão acessadas apenas pelos pesquisadores, sendo garantido sua total privacidade, por meio da alteração do seu nome nas publicações científicas desta pesquisa e quaisquer outros documentos.

Custos da participação: Sua participação no estudo não acarretará qualquer despesa para o(a) senhor(a). Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação, mas é garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Resultados e Divulgação do Estudo: os resultados desta pesquisa serão divulgados em formato acessível ao senhor(a) e membros da sua comunidade e encaminhados para publicação em revistas científicas com os devidos créditos aos autores.

Anonimização dos dados: Informamos que será garantido o anonimato dos participantes e de seus dados, ou seja, suas informações pessoais. As informações de identificação serão alfanuméricas através da substituição do nome por número.

O(A) senhor(a) tem direito, e receberá uma via deste documento assinada pela pesquisadora responsável. É recomendado guardá-la de forma segura. Todas as páginas serão rubricadas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s).

Para esclarecimento de dúvidas de natureza ética, reclamações ou denúncias acerca da pesquisa, o(a) senhora poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFS), órgão responsável pela avaliação e acompanhamento dos processos éticos envolvendo pesquisas com seres humanos e pela proteção ao participante. O Comitê está disponível no seguinte endereço: Rua Cláudio Batista S/N, Campus da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento JR, Centro de pesquisas Biomédicas, Bairro Sanatório, Aracaju -SE. O telefone de contato é (79) 3194-7208 e e-mail: cep@academico.ufs.br

Em caso de dúvidas sobre questões técnicas e científicas da pesquisa, o(a) senhor(a) poderá esclarecê-las entrando em contato com a prof. Dra. Renata Lopes de Siqueira na sala do CECANE/UFS, situada no Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Sergipe, na Avenida Marechal Rondon, S/N, Bairro Rosa Elze, São Cristóvão-SE, Também pode se comunicar com a pesquisadora responsável pelo telefone: (79) 31946574 ou e-mail: renata.educacao@academico.ufs.br

Eu, _____, declaro estar ciente e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo, e informo que, voluntariamente, estou de acordo em participar da pesquisa “Fomento a participação dos segmentos prioritários da agricultura familiar, empreendedor familiar rural e suas organizações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”, sabendo que dela poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

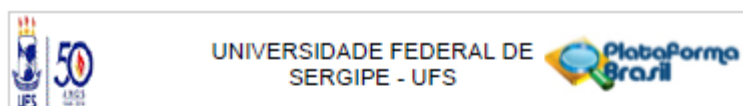
_____, ____ de _____ de _____.
(Preencher as linhas com o nome do local, dia, mês e ano)

Assinatura do participante da pesquisa

Prof. Dra. Renata Lopes de Siqueira
(Pesquisadora responsável e coordenadora de gestão do CECANE/UFS)

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS													
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP														
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA														
Título da Pesquisa: Fomento à Inserção da Agricultura Familiar, Empreendedor Familiar Rural e suas organizações no PNAE														
Pesquisador: RENATA LOPES DE SIQUEIRA														
Área Temática:														
Versão: 4														
CAAE: 56968322.0.0000.5546														
Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE														
Patrocinador Principal: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO														
DADOS DO PARECER														
Número do Parecer: 5.597.177														
Apresentação do Projeto:														
As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1864362.pdf) e do "Projeto Detalhado / Brochura Investigador" (PROJETO BROCHURA 0408.pdf), postados em 04/08/2022.														
Introdução:														
Desde 2009, a Lei nº 11.947, como uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tomou obrigatória a aplicação de pelo menos 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios, na compra de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de Chamadas Públicas (CP) (BRASIL, 2009a; NASCIMENTO; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2019). Especificamente, o Artigo 14 desta legislação determina que nas CP deveriam ser priorizadas as comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e os Assentamentos da Reforma Agrária (BRASIL, 2009a). Complementarmente, o Artigo 49 da Resolução 06/2020, que normatiza a operacionalização da Lei 11.947/2009, prevê valores per capita específicos e maiores para os escolares provenientes destes segmentos prioritários, determinando o repasse de R\$ 0,64 (sessenta e quatro														
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 33%;">Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº</td> <td style="width: 33%;"></td> <td style="width: 33%;"></td> </tr> <tr> <td>Bairro: Sanatório</td> <td>CEP: 40.060-110</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: SE</td> <td>Município: ARACAJU</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telefone: (70)3194-7208</td> <td>E-mail: cep@academico.ufs.br</td> <td></td> </tr> </table>			Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº			Bairro: Sanatório	CEP: 40.060-110		UF: SE	Município: ARACAJU		Telefone: (70)3194-7208	E-mail: cep@academico.ufs.br	
Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº														
Bairro: Sanatório	CEP: 40.060-110													
UF: SE	Município: ARACAJU													
Telefone: (70)3194-7208	E-mail: cep@academico.ufs.br													



Continuação do Parecer 5.527.177

centavos de Real) para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; e R\$ 1,07 (um Real e sete centavos de Real) para os estudantes matriculados em creches, localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (BRASIL, 2020). Tais condições de prioridade nas CP e de valor específico de repasse decorrem do reconhecimento por parte do estado

das condições crônicas de vulnerabilidade e precariedade socioeconômica vivenciadas pela população de assentamentos, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Esta situação de vulnerabilidade destes segmentos, que possuem como atividades econômicas predominantes a pesca, o cultivo e/ou extrativismo, decorre, dentre outros fatores, das dificuldades de inserção e comercialização da sua produção no mercado aberto e

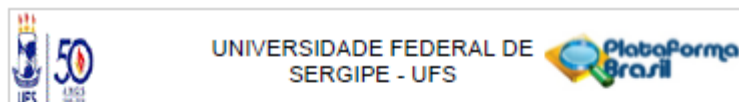
Institucional, quando precisam competir com grandes produtores (BRASIL, 2018a; NOGUEIRA, 2016). Em termos de demográficos e espacial vale destacar que, segundo o INCRA (2015), 88.270.046,03 hectares de todo o território brasileiro são destinados aos assentamentos rurais, constituindo um total de 9.288 assentamentos e 969.583 famílias assentadas. Sergipe figura como o segundo estado que possui a maior razão entre o número

de assentamentos e a sua área territorial em todo o Brasil (Santos et al. (2015). O estado possui uma área territorial de 2.191.511,6 hectares, das quais 199.391,21 hectares são destinados a 237 assentamentos rurais com um total de 10.675 famílias assentadas (INCRA, 2015; DATALUTA, 2015). Parcela significativa vivendo em condições precárias, no que se refere ao acesso aos serviços sociais básicos (água, habitação de qualidade,

saneamento, etc.), em contrariedade com a própria legislação existente no país, norteadas pela atual Carta Magna. Igualmente vivendo em condições precárias, há em Sergipe 32 comunidades quilombolas certificadas, 5.438 famílias cadastradas e autorealizadas como remanescentes, sendo apenas quatro desses territórios titulados até 2019, que são Mocambo, Pirangi, Lagoa dos Campinhos e Serra da Gula (PALMARES, 2019 citado por FEITOSA, 2021). Das 4196 famílias quilombolas sergipanas cadastradas no INCRA, 3053 (72,8%) dependem de programas assistenciais (Bolsa Família) para subsistência e 71,9% (3017 quilombolas) desse público estão classificados na faixa de renda de "extrema pobreza". Acrescenta-se

ainda, que 79,3% dessas famílias situam-se na zona rural, existindo no nosso estado apenas um quilombo urbano, que é a Maloca situado em Aracaju (CADÚNICO, 2020 citado por FEITOSA, 2021). Considerando a situação preocupante destes segmentos sociais, é imperativo rememorar e reafirmar que a Lei 11.947/09 foi instituída com o intuito de possibilitar a concretização do PNAE como um programa estratégico para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: São João CEP: 49.060-110
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br



Continuação do Parecer: 5.597.177

assentadas e pertencentes às comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, devendo possibilitar a inclusão social e produtiva, promover a saúde, a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) destes povos (MALAGUTI, 2015). Entretanto, até o presente momento, evidências científicas apontam que no processo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no estado tem observado a maior participação dos segmentos não prioritários de AF (CHAGAS; DIUBA; CALLEGARI, 2019; MELO; MARQUES, 2016; PELAEZ et al., 2015; SOARES; CUNHA; PORTO, 2020); Prevalece uma cultura e prática discriminatória em relação às comunidades quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária (GONÇALVES, 2017). Consequentemente, contrariando as diretrizes operacionais do PNAE, tem-se a persistência da condição vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar e nutricional da população dos assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas.

Hipótese:

Levanta-se a hipótese que, contrariando as diretrizes operacionais do PNAE, tem-se a não participação no programa e persistência da condição vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar e nutricional das comunidades tradicionais quilombolas no PNAE

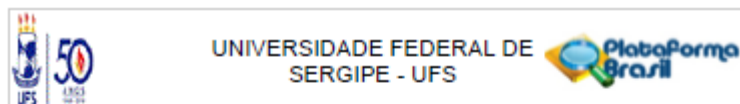
Metodologia Proposta:

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa que possui também caráter extensionista, estruturada em 4 etapas nas quais se conjugam diferentes estratégias, procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa, abaixo discriminadas: 1ª. Etapa: mapeamento das comunidades tradicionais quilombolas sergipanas: o mapa da distribuição espacial das comunidades tradicionais quilombolas sergipanas será construído por

técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. Para tanto, num primeiro momento buscar-se-á a identificação das comunidades tradicionais quilombolas do estado de Sergipe através de consulta aos portais abertos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<https://www.gov.br/incra/pt-br>) e Fundação Cultural Palmares (<https://www.palmares.gov.br/>) Identificados as comunidades, serão definidas as

coordenadas espaciais de latitude e longitude dos territórios ocupados pelas mesmas via My Maps (<https://www.google.com/intl/ptBR/maps/about/mymaps/>) e Google Earth (<https://google-earth.gosur.com/>). Na sequência, será efetuada o processamento da localização dentro das 6 regiões geográficas sergipana por meio do software Qgis 3.8. 2ª. Etapa: diagnóstico

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110
Bairro: Sanatório	
UF: SE	Município: ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208	E-mail: cep@academico.ufs.br



Continuação do Parecer: 5.597.177

situacional inicialmente, proceder-se à avaliação do grau de ISAN das 580 famílias pertencentes das comunidades quilombolas Lagoa dos Campinhos, Mocambo, Pirangi e Serra da Guia localizadas, respectivamente, nos municípios Amparo do São Francisco; Porto da Folha, Capela e Poço Redondo. O critério de eleição destas comunidades foi a posse da titulação emitidas pelo INCRA. Para mensurar a ISAN será aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIAN) junto a um membro representante de cada uma das 580 famílias, as mesmas estão quantitativamente distribuídas em 130 famílias do quilombo

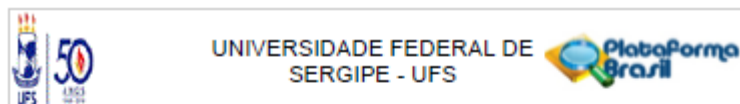
Lagoa dos Campinhos, 185 do quilombo Mocambo, 200 do quilombo Serra da Guia e 65 do quilombo Pirangi. A EBIAN é uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome. Na sequência, será elaborado e aplicado um questionário estruturado para inventariamento dos gêneros alimentícios produzidos pelos AF quilombolas. O questionário conterá 3 blocos de questões: 1º) questões relativas ao perfil socioeconômico; 2º) tipo de atividade produtiva (pesqueira/extrativista/criação/cultivo/manufatureira) praticada; 3º) modalidades de produção agrícola e recursos disponíveis; vocação produtiva local e os gêneros alimentícios produzidos. Na terceira e última etapa do diagnóstico situacional, que tem por objetivo a investigação dos fatores limitantes a participação dos agricultores familiares quilombolas na Chamada Pública para a aquisição dos gêneros alimentícios para o PNAE serão realizadas 4 grupos focais com as lideranças comunitárias das 04 comunidade quilombolas. Seguindo metodologia proposta por FEITOSA (2021) os participantes do grupo focal serão selecionados a partir de uma cadeia de referências advinda da própria comunidade, ou seja, os indivíduos mais citados pelos moradores entrevistados como importantes para o quilombo serão as pessoas convidadas a integrar a amostra. Neste projeto, estimamos trabalhar com o grupo focal nos limites numérico de 4 a 12 membros conforme sugerido por CRUZ et al (2002). 3ª. Etapa: capacitação dos produtores provenientes das comunidades quilombolas: A partir dos dados do diagnóstico situacional serão realizadas 04 oficinas de capacitação dos produtores quilombolas com vistas a prepará-los para participar das CP do PNAE. Nestas oficinas serão adotadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem, visando promover o conhecimento crítico e reflexivo que permitam aos produtores quilombolas organizarem-se para atender as condicionalidades legalmente instituídas no processo de fornecimentos de gêneros alimentícios para o PNAE.

Critério de Inclusão:

Ser membro de comunidade quilombola titulada, agricultor familiar e maior de 18 anos.

Critério de Exclusão:

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Sãoatório CEP: 49.060-110
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br



Continuação do Parecer: 5.597.177

Não ser membro de comunidade quilombola titulada e menor de 18 anos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo deste trabalho é que mediante diagnóstico situacional, fomentar a participação das comunidades tradicionais quilombolas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado de Sergipe.

Objetivo Secundário:

- 1) Mapear comunidades tradicionais quilombolas do estado de Sergipe;
- 2) Diagnosticar o grau de Insegurança Alimentar e Nutricional das comunidades tradicionais quilombolas;
- 3) Proceder Inventário dos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares quilombolas;
- 4) Investigar junto aos agricultores familiares quilombolas quais as limitações sentidas para a participação nas Chamadas Públicas (CP) do PNAE;
- 5) Realizar oficinas regionais de capacitação para viabilizar a participação das comunidades tradicionais quilombolas nas CP do PNAE

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os participantes da pesquisa estarão sujeitos a constrangimentos psicoemocional em função da declaração de situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural decorrente de uma eventual condição de Insegurança alimentar e nutricional (ISAN) que estejam vivenciando. Para evitar ou minimizar este risco os pesquisadores realizarão a entrevista para diagnóstico da situação de ISAN em ambiente privado e, principalmente, tomaram as medidas cabíveis para superar esta condição indesejável por meio da orientação sobre programas e ações governamentais de segurança alimentar e nutricional, assim como, notificação juntos aos órgãos governamentais responsáveis sobre a gestão destas ações e programas, se o(a) participante da pesquisa desejar e permitir. Também será assegurado o sigilo da identidade dos(as) participantes por meio de codificação dos seus nomes, e o uso restrito das informações para produção do conhecimento científico e orientação do conteúdo de ensino aprendizagem das oficinas de fomento a participação das comunidades quilombolas. Caso seja observado qualquer risco ou dano significativo aos participantes dessa pesquisa, este estudo será

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
 Bairro: Senatário CEP: 49.060-110
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefone: (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE - UFS



Continuação do Parecer: 5.537.177

Imediatamente suspenso.

Benefícios:

A capacitação dos agricultores familiares provenientes das comunidades quilombolas a partir dos dados do diagnóstico situacional poderá prepará-los para participar das chamadas públicas de aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE, assegurando-lhes usufruírem de um direito de prioridade de comercialização legalmente garantido. Consequentemente, possibilitará a melhoria da renda familiar, insegurança alimentar e

nutricional e autoestima da população quilombola. Poderá ainda promover o desenvolvimento comunitário, assim como, a resgate e valorização da cultura alimentar pela inclusão no cardápio da alimentação escolar de gêneros alimentares autóctones produzidos condizentes com a vocação produtiva local.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa e de caráter extensionista. Mediante mapeamento das comunidades quilombolas no estado de Sergipe. Inicialmente, proceder-se-á o diagnóstico da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional via aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIAN); o Inventariamento da produtividade das famílias quilombolas através de questionário estruturado e o levantamento dos fatores limitantes ao fornecimento de gêneros alimentícios pelos agricultores familiares para o PNAE via grupo focal. Posteriormente, A partir dos dados do diagnóstico situacional e da análise documental do aparato legal que regulamenta a aquisição de gêneros alimentícios da AF, serão realizadas 04 oficinas de capacitação dos produtores quilombolas com vistas a prepará-los para participar das Chamadas Públicas do PNAE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

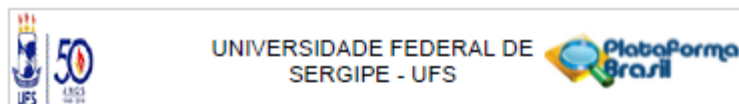
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise das respostas (arquivo: "cartaresposta03082022_assinado.pdf", postado na Plataforma Brasil em 04/08/2022) ao Parecer Consubstanciado nº 5.531.729 emitido em 18/07/2022 não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme Resolução CNS 466/2012, Itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28,

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110
Bairro: Santório	
UF: SE	Município: ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208	E-mail: cep@academico.ufs.br



Continuação do Parecer: 5.587.177

Inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa inicial.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB - INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO - 1864362.pdf	04/08/2022 21:49:18		Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCEEmembroider0408.pdf	04/08/2022 21:45:11	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETOBROCHURA0408.pdf	04/08/2022 21:42:00	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Investigador				
Outros	cartaresposta03082022_assinado.pdf	04/08/2022 21:41:10	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Declaração de concordância	termoconcordanciadocomunidades0408refeito.pdf	04/08/2022 21:40:26	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADEPESQUISA0408.pdf	04/08/2022 21:39:19	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoassinadaFNDE2.pdf	04/08/2022 21:38:28	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Carta_de_anuenciamento_roberto_assinado.pdf	18/05/2022 22:05:36	MARIANA PASSOS CARREGOSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOINFRAESTRUTURA14032022.pdf	14/03/2022 09:18:03	RENATA LOPES DE SIQUEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCUD12032022_assinado.pdf	12/03/2022 17:13:43	RENATA LOPES DE SIQUEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termocompromissoconfidencialidade.pdf	10/03/2022 18:05:38	RENATA LOPES DE SIQUEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
 Bairro: Santário CEP: 49.060-110
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefone: (79)3194-7208 E-mail: cnp@academico.ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE - UFS



Continuação do Parecer: 5.597.177

ARACAJU, 23 de Agosto de 2022

Assinado por:
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Santário CEP: 49.060-110
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (70)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br

Página 05 de 08